

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Prezados Acionistas,

A Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

PERFIL

A AES Eletropaulo é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa, responsável pelo fornecimento de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. A Companhia detém uma área de concessão de 4.526 km², com alta densidade demográfica e que concentra o maior PIB do Brasil. Para atender à demanda de 6,9 milhões de unidades consumidoras, a AES Eletropaulo, que conta com 7.165 colaboradores próprios, dispõe de uma estrutura formada por 152 subestações (sendo 140 estações transformadoras de distribuição, 8 estações do sistema de distribuição e 4 estações transformadoras subterrâneas de distribuição) e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos, de mais de 42 mil quilômetros, dos quais 1.847 km são linhas de subtransmissão, 2.190 km são redes de distribuição subterrâneas e 38.497 km referem-se a redes de distribuição aérea. A Companhia também possui mais de 208 mil transformadores de distribuição aéreos e subterrâneos.

Planejamento Estratégico Sustentável

A estratégia da AES Brasil, grupo do qual a AES Eletropaulo segue orientada pelo Planejamento Estratégico Sustentável 2015-2019 ("PES"), que define como direcionadores estratégicos da Companhia a Satisfação do Cliente, Desenvolvimento de Negócios, Eficiência no uso de recursos e disciplina na execução e Engajamento de públicos de relacionamento.

CONTEXTO SETORIAL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Reguladora de Energia Elétrica ("ANEEL"), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema ("ONS"), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional ("SIN"); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse dos chamados custos "não gerenciáveis" pela ANEEL (Parcela A - encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e cobre os "custos gerenciáveis" da concessionária (Parcela B - despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do seu reajuste, deduzidos de um índice de ganho de produtividade, denominado "Fator X". No caso da AES Eletropaulo, a revisão tarifária ocorre a cada quatro anos, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro estabelecido no contrato de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, a depreciação repassada às tarifas e o custo médio de capital ("WACC") que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia. Tendo ocorrido a quarta revisão tarifária periódica em 04 de julho de 2015, a próxima revisão tarifária será em julho de 2019.

Quarto Ciclo de Revisão Tarifária

A Aneel, em Reunião Pública de Diretoria realizada em 30 de junho de 2015, aprovou um índice final de revisão tarifária periódica da companhia de 15,23% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor), aplicado na tarifa a partir de 04 de julho de 2015. O índice é composto por reajuste econômico de +7,51% e componente financeiro de +7,72%, já descontado o componente financeiro considerado no processo tarifário anterior.

O índice de revisão tarifária aprovado incluiu:

- (i) Redução do preço médio de energia comprada em função do fim do contrato com a AES Tietê em 31 de dezembro de 2015;
- (ii) Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA") de R\$ 1,8 bilhões dado, principalmente, pela CVA de Compra de Energia contribuindo com +17,04% do índice; e,
- (iii) Reversão da restituição das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente, no montante de R\$ 172,6 milhões como componente financeiro.

São destacados abaixo os itens que compuseram a revisão tarifária de 2015:

Revisão Tarifária Periódica 2015		
Parcela A	Encargos Setoriais	7,06%
	Energia Comprada	-0,28%
	Custos de Transmissão	-0,54%
	Parcela A	6,24%
Parcela B		1,27%
Reajuste-Base		7,51%
CVA Total		17,04%
Reversão RTE Março/15		-4,56%
Outros custos financeiros Parcela A		-3,71%
Custos financeiros Parcela B		1,61%
Retirada dos financeiros anteriores		-2,66%
Efeito dos Componentes Financeiros		7,72%
Reajuste Total		15,23%

SATISFAÇÃO DO CLIENTE

No novo Planejamento Estratégico Sustentável da AES Brasil, um dos compromissos é garantir excelência dos serviços prestados com ética e respeito ao cliente.

Em 2015, a AES Eletropaulo atingiu 76,1% no Índice de Satisfação de Qualidade Percebida - ISQP medido pela ABRADÉE, nível 3,5pp inferior em relação a 2014. Esse desvio ocorreu principalmente por conta dos eventos climáticos severos no início do ano, no mesmo período da coleta de dados da primeira pesquisa. Além disso, o aumento significativo da tarifa ao longo do ano provocou o crescimento de solicitações de esclarecimentos na empresa.

Indicadores de Qualidade

Conforme previamente comunicado ao mercado e à Aneel, a AES Eletropaulo constatou inconsistências na apuração dos indicadores DEC e FEC no período compreendido entre janeiro/2011 e maio/2015, devido ao enquadramento de expurgos de ocorrências caracterizados como "dia crítico". A Companhia trabalha na apuração do montante exato dos impactos decorrentes do reprocessamento, bem como nas ações de ressarcimento a todos os clientes.

Com base nos dados e projeções disponíveis até o momento, a AES Eletropaulo registrou em 2015 provisões que totalizam R\$152,5 milhões. Esse montante representa nossa melhor estimativa para quatro componentes: (i) compensação aos consumidores devido aos indicadores de DIC/FIC/DMIC/DICRI; (ii) componente Xq do Fator X que indexa a tarifa; (iii) possíveis penalidades a serem estabelecidas pelo órgão regulador que substituem quaisquer outras penalidades emitidas perante a Companhia para o mesmo período em relação aos indicadores de qualidade, e (iv) atualização financeira até 2015.

O índice FEC estimado de 2015 foi de 6,41 vezes, um aumento de 21,3% em comparação ao indicador estimado de 2014, que foi de 5,28 vezes. Esse aumento é explicado pela maior intensidade de manutenção preventiva e obras de melhoria na rede elétrica em 2015 e pela diminuição do nível de expurgo de ocorrências em relação a 2014. O indicador DEC estimado de 2015 atingiu 23,42 horas, o que representa uma elevação de 76,8% em relação ao valor estimado de 2014 (13,25 horas). Esse aumento é explicado pelo aumento de execução de manutenção preventiva e obras de melhoria na rede, pela redução do nível de expurgo em relação ao indicador de 2014 e pela maior severidade dos eventos climáticos, notadamente no primeiro trimestre e nos meses de setembro e novembro de 2015. As manutenções preventivas e obras de melhoria na rede associadas ao aumento do número de equipes de emergência já estão promovendo significativa melhoria conforme indicam as apurações preliminares do indicador para os meses de janeiro e fevereiro de 2016.

Em 2015, as penalidades provisionadas pela Companhia em função da compensação aos seus clientes por transgressões dos indicadores de DIC, FIC, DMIC e DICRI totalizaram R\$ 77,4 milhões, valor 324% superior ao registrado no ano anterior.

Relacionamento com Clientes

O programa Jeito AES de Atender foi implementado em 2013 com o objetivo principal de garantir um padrão de relacionamento em todas as interações na Jornada do Cliente. Por meio do programa, é realizado o aculturamento e engajamento em torno da qualidade e assertividade necessárias no contato do cliente com a AES.

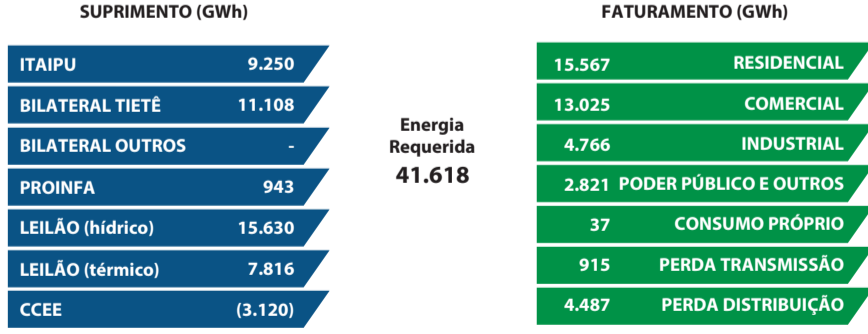
Depois de duas fases dedicadas à sensibilização sobre a padronização do atendimento e a cultura de serviços nos últimos anos, as ações do JAAT em 2015 estiveram focadas na gestão da jornada do cliente. Diferentes etapas ligadas ao fornecimento de energia, e que podem implicar em uma interação direta com o cliente, compõem a jornada, como a reclamação sobre interrupção de energia ou um pedido de indenização.

Ao longo do ano, mais de 8,4 mil capacitações para colaboradores próprios e contratados foram realizadas para que eles entendam seu papel e impacto na satisfação do cliente, e sobre a importância da colaboração entre os diferentes departamentos para os resultados. Também foram realizadas entrevistas diretas aos clientes para entender o nível de satisfação com o serviço prestado.

EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS E DISCIPLINA NA EXECUÇÃO

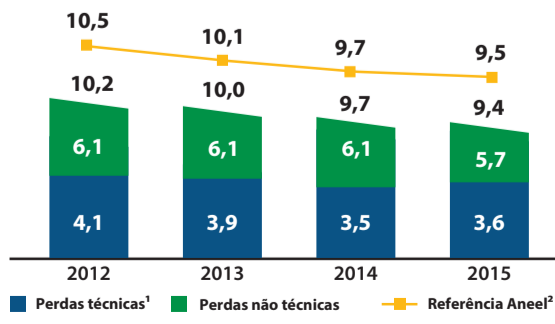
Desempenho Operacional

Balanco energético¹



A AES Eletropaulo encerrou o ano de 2015 com um nível de contratação de energia equivalente a 107,2% da sua carga cativa. A sobrecontratação ocorreu principalmente devido à queda do consumo de energia no período. O superávit de 3.120 GWh de energia acumulado pela Companhia foi vendido na CCEE.

Perdas (%) - (últimos 12 meses)



1. Valores estimados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas do mercado de baixa tensão determinado pela Aneel
2. Referência Aneel de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil

As perdas totais apresentaram redução de 0,29 p.p. quando comparado a 2014 em função da redução das perdas técnicas e das ações implementadas pela Companhia para redução do patamar da parcela não técnica, que foram impactadas pelo aumento da tarifa, principalmente no segmento de baixa tensão. Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) inspeções de fraude; (ii) programa de recuperação de instalações cortadas; e (iii) regularização de ligações informais.

Em 2015, as iniciativas de combate a perdas acrescentaram ao mercado faturado 594 GWh, ante 633 GWh em 2014.

Desempenho Comercial

A área de concessão da Companhia conta com as mais diversas atividades econômicas, as industriais, comerciais e de prestação de serviços. Além disso, a sua área de concessão possui a maior concentração populacional do país.

Atividade Comercial

Em 2015, o volume distribuído pela AES Eletropaulo atingiu 44.236,8 GWh, uma retração de 4,7% em relação a 2014, reflexo do desempenho negativo das classes, principalmente residencial e industrial que reduziram o consumo em 5,1% e 9,6%, respectivamente. Nesse período houve 1,3 dias a mais de faturamento (+131 GWh) e desligamentos de clientes e, se esses efeitos fossem excluídos, o mercado total cairia 4,9%. O desempenho reflete a piora no cenário econômico e aumento das tarifas de energia. Até novembro/15, a renda real na Região Metropolitana de São Paulo teve queda de 4,0% e a Produção Industrial do Estado de São Paulo caiu 10,9% em relação ao acumulado de novembro/14, segundo dados do IBGE, refletindo no consumo do Estado de São Paulo que acumula queda de 4,1% até novembro/15.

O mercado faturado dos clientes livres reduziu-se em 6,2% em função do desempenho da atividade econômica. No período, 4 unidades consumidoras migraram para o ACL e nenhuma unidade retornou para o ACR e o efeito líquido dessa movimentação foi um acréscimo de 15 GWh no ACL. conseqüentemente, a redução do mesmo volume no ACR. Contudo, 6 unidades foram desligadas (-16 GWh) no período, o que compensou o volume que migrou ao mercado livre.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 24.565,3 milhões em 2015, um aumento de 68,7% quando comparada a 2014. Esse incremento é explicado, principalmente, pela: (i) maior receita de fornecimento no montante de R\$ 4.382,0 milhões em função das revisões tarifárias ao longo do ano e da receita de R\$ 1.623,1 milhões das Bandeiras Tarifárias²; e (ii) pelo maior reconhecimento de ativo financeiro setorial em R\$ 1.838,2 milhões; compensado, principalmente, (iii) pelo aumento de R\$ 2.947,0 milhões, ou 1.323,5%, dos encargos com a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"); e (iv) a contabilização dos encargos da Conta Centralizadora das Bandeiras Tarifárias a partir de janeiro de 2015 aumentando as deduções da Receita Bruta em R\$ 1.694,1 milhões.

Receita Operacional - R\$ milhões	2014	2015	Varição (%)
Receita de Fornecimento	7.728,5	12.110,5	56,7%
Outras Receitas	6.565,2	10.346,1	57,6%
Ativos (Passivos) Setorial Líquido	270,5	2.108,7	679,5%
Total Receita Bruta	14.564,2	24.565,3	68,7%
Dedução da Receita Bruta	(3.967,6)	(10.897,9)	174,7%
Receita Líquida	10.596,6	13.667,4	29,0%

Custos e Despesas Operacionais

Em 2015, as despesas operacionais apresentaram incremento de 27,3%, totalizando R\$ 12.093,1 milhões. As principais variações estão detalhadas a seguir:

Custos e Despesas Operacionais - R\$ milhões*	2014	2015	Varição (%)
Parcela A	7.879,9	9.884,5	25,4%
Energia Comprada para Revenda	7.483,8	8.760,9	17,1%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	396,1	1.123,5	183,7%
PMSO	1.620,7	2.208,7	36,3%
Pessoal e Entidade de Previdência	964,8	1.008,4	4,5%
Pessoal	678,8	693,2	2,1%
Entidade de Previdência	286,0	315,3	10,2%
Materiais	42,9	42,0	-2,0%
Serviços de Terceiros	445,9	524,3	17,6%
Outros	167,1	633,9	279,3%
Total	9.500,6	12.093,1	27,3%

* Não considera custo de construção e Depreciação/Amortização.

Parcela A

A despesa com compra de energia elétrica aumentou em 17,1% em comparação a 2014, principalmente em função do maior custo com a energia de Itaipu em 102,9%, reflexo do aumento da tarifa média de 14,3% (R\$ 216,6/MWh em 2015 versus R\$ 189,5/MWh em 2014). Esse aumento foi parcialmente compensado pela redução de 0,7% do volume de energia comprada no período (44.746 GWh em 2015 versus 45.077 GWh em 2014).

As despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão apresentaram aumento de 183,7% em 2015, principalmente em função do aumento de 151,8% dos Encargos do Serviço do Sistema ("ESS") como consequência do maior despacho térmico e dado o efeito positivo em 2014 na liquidação da conta CCEE no valor de R\$ 91,5 milhões em função de ajuste financeiro referente ao alívio retroativo do ESS e do recebimento de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva ("CONER") determinado pela ANEEL em 2014 de R\$ 373,0 milhões (ante R\$ 116,6 milhões em 2015).

Despesas Operacionais

As despesas operacionais, excluindo o fundo de pensão da Companhia, totalizaram R\$ 1.893,4 milhões, 41,9% maior em relação ao registrado em 2014 (R\$ 1.334,6 milhões). Excluindo também os itens não gerenciáveis pela Companhia como PCLD, baixas, contingências, venda de dois imóveis (impacto de R\$ 146,1 milhões) e outros eventos não recorrentes, as despesas operacionais gerenciáveis totalizaram R\$ 1.329,6 milhões, valor 11,3% superior ao registrado em 2014, principalmente em função do maior custo com pessoal, conforme será detalhado a seguir.

Pessoal

Em 2015, as despesas com pessoal e encargos apresentaram um aumento de 2,1% em comparação a 2014, totalizando R\$ 693,2 milhões. Essa variação se deve principalmente ao aumento das despesas com reajuste de salários e benefícios em 2015 em função do acordo coletivo em R\$ 21,1 milhões e maiores despesas com assistência média em R\$ 19,9 milhões, parcialmente compensado pelo efeito do aprimoramento no critério de rateio de mão de obra própria entre Opex e Capex em 2014, no montante de R\$ 51,8 milhões.

Em 2015, a despesa com entidade de previdência privada foi de R\$ 315,3 milhões, 10,2% maior que os R\$ 286,9 milhões registrados em 2014, decorrente, principalmente, da redução na taxa de desconto.

Pessoal - R\$ milhões	2014	2015	Varição (%)
Pessoal e Encargos	678,8	693,2	2,1%
Entidade de Previdência Privada	286,0	315,3	10,2%
Total	964,8	1.008,4	4,5%

Materiais e Serviços de Terceiros

Em 2015, as despesas com materiais e serviços de terceiros totalizaram R\$ 566,3 milhões, um aumento de 15,9% em comparação a 2014. Essa variação se dá, principalmente, (i) pelas despesas de R\$ 28,2 milhões relacionadas ao plano de recuperação dos indicadores de qualidade; (ii) plano de ações de corte e cobrança visando minimizar a inadimplência em R\$ 16,1 milhões; e (iii) despesas oriundas dos temporais que atingiram a área de concessão em janeiro de 2015.

Outras Despesas Operacionais

Em 2015, as outras despesas operacionais apresentaram um aumento de 279,3% em relação a 2014, totalizando R\$ 633,9 milhões, em função, principalmente, do aumento das multas de DIC/FIC/DMIC (R\$ 59,2 milhões) em função do aumento do faturamento médio por unidade consumidora ("ticket médio") após o reajuste tarifário de 2014 e revisões tarifárias de 2015 e reflexo dos eventos climáticos de janeiro/15, do aumento de PCLD também dado o aumento do "ticket médio" e da provisão de R\$ 83,4 milhões³ referente às inconsistências apuradas nos cálculos dos indicadores de qualidade DEC e FEC. Adicionalmente, em 2014, tivemos o reconhecimento de R\$ 146,1 milhões da venda de dois imóveis impactando a variação na mesma proporção.

Outras Despesas Operacionais - R\$ milhões	2014	2015	Varição (%)
PCLD e Baixas	80,6	197,0	144,5%
Provisão de Litígio e Contingências	29,0	92,2	218,4%
Demais Despesas*	57,6	344,7	498,8%
Total	167,1	633,9	279,3%

* Arrendamentos e alugueis, indenizações, perdas e danos, publicidade, tarifas bancárias, IPTU, etc.

Ebitda

Em 2015, o Ebitda Reportado foi de R\$ 963,6 milhões, ante um resultado de R\$ 513,1 milhões em 2014. A variação de R\$ 450,5 milhões ocorre em função (i) redução do efeito da amortização do passivo regulatório formado em função da postergação da SRTP em R\$ 362,4 milhões; (ii) recuperação da devolução do ativo possivelmente inexistente ao longo do segundo semestre de 2015 contribuindo com aproximadamente R\$ 249,1 milhões da variação; compensado pelo (iii) aumento de R\$ 116,4 milhões na PCLD; (iv) aumento dos custos de Pessoal, Materiais e Serviços de Terceiros em R\$ 121,2 milhões; e (v) efeito de R\$ 141,5 milhões referente às inconsistências apuradas nos cálculos dos indicadores de qualidade DEC e FEC.

Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte forma: lucro líquido em 2015 de R\$ 101,1 milhões e prejuízo líquido em 2014 de R\$ 131,7 milhões, acrescidos dos tributos sobre o lucro (R\$ 57,8 milhões em 2015 e negativo R\$ 64,6 milhões em 2014), do resultado financeiro líquido negativo de R\$ 313,9 milhões em 2015 e de R\$ 238,9 milhões em 2014, e das depreciações e amortizações (R\$ 490,7 milhões em 2015 e R\$ 470,5 milhões em 2014) totalizando, conforme acima, R\$ 963,6 milhões em 2015 e R\$ 513,1 milhões em 2014.

Resultado Financeiro

Em 2015, o resultado financeiro líquido foi uma despesa financeira de R\$ 313,9 milhões, ante uma despesa financeira de R\$ 238,9 milhões em 2014. Essa variação é explicada, principalmente, como segue: (i) efeito líquido do CDI em função do aumento da taxa de juros e do maior saldo de dívida no período; e (ii) pelo aumento da variação cambial em R\$ 94,7 milhões, principalmente, pela variação cambial associada à energia comprada de Itaipu.

Resultado Líquido

Em 2015, a Companhia registrou um lucro líquido reportado de R\$ 101,1 milhões, ante um prejuízo líquido de R\$ 131,7 milhões em 2014, uma variação de R\$ 232,9 milhões principalmente em função do reconhecimento do ativo financeiro setorial líquido em 2015 de competência do período versus o saldo contabilizado em 2014 que reflete demais períodos.

Remuneração aos Acionistas

A Administração da AES Eletropaulo propõe a distribuição de 25% da base para pagamento de dividendos do ano de 2015, totalizando R\$ 42,1 milhões. A Administração propõe ainda que o valor remanescente de R\$ 126,3 milhões seja destinado à Reserva Estatutária para reforço de capital de giro da Companhia. As destinações mencionadas acima serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que está prevista para ocorrer até 29 de abril de 2016. Dessa forma, a proposta de distribuição de proventos da Companhia corresponde a R\$ 0,2372 por ação ON e R\$ 0,2609 por ação PN a serem pagos em data a ser deliberada em AGO.

Remuneração aos Acionistas (R\$ milhões)	
Resultado do Exercício - 31 de dezembro de 2015	101,1
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	72,7
Dividendos e JSCP prescritos	3,2
Constituição de Reserva Legal (5%)	(8,7)
Base para distribuição de dividendos	168,3
Dividendo mínimo obrigatório	126,3
Reserva Estatutária	42,1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Endividamento

Para fins de análise deste relatório, e de acordo com os critérios utilizados para o cálculo dos contratos de dívida da Companhia, consideramos o saldo devedor com o fundo de pensão no valor de R\$ 1.371,9 milhões (excluindo o efeito do corredor).

Em 31 de dezembro de 2015, a dívida bruta da Companhia totalizava R\$ 4.974,5 milhões, um aumento de 14,55% em relação aos R\$ 4.342,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2014.

As disponibilidades somavam R\$ 531,2 milhões no encerramento do exercício, valor R\$ 378,0 milhões inferior ao mesmo período de 2014. Como resultado, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 4.443,3 milhões em 2015, um aumento de 29,41% quando comparada a 2014, em função, principalmente, de:

- (i) 17ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 190 milhões;
- (ii) 18ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 400 milhões;
- (iii) 19ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 320 milhões;
- (iv) Liberações FINEM, no valor de R\$ 171,1 milhões;
- (v) redução de R\$ 378,0 milhões no saldo caixa; parcialmente compensados pelo;
- (vi) pagamento da 3ª e 4ª parcelas de amortização da 13ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 80 milhões, em maio e dezembro de 2015;
- (vii) pagamento de parcelas de amortização do CCB com o Bradesco, no valor de R\$ 180 milhões, em novembro e dezembro de 2015;
- (viii) pagamento da 1ª parcela de amortização da 9ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 75 milhões, em agosto de 2015;
- (ix) pagamento da 1ª parcela de amortização da 17ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 100 milhões, em julho de 2015;
- (x) pagamento de parcelas de amortização da 16ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 175,1 milhões, em 2015.

¹ O balanço energético reflete os números do ano de 2015 informados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), porém as contabilizações de Novembro/15 e Dezembro/15 ainda são preliminares. Os números demonstrados nas notas explicativas que constam nas Demonstrações Contábeis da Companhia refletem os valores por ela estimados à época do fechamento contábil e que são ajustados nos meses subsequentes, quando da disponibilização dos números finais pela CCEE.

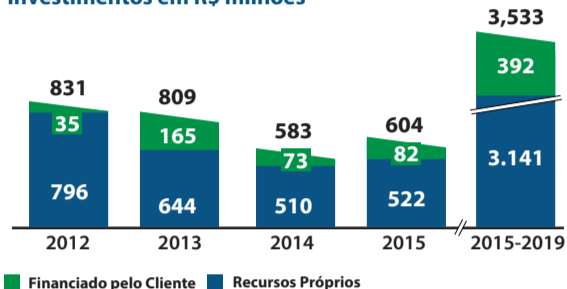
² Não inclui consumo próprio de R\$ 1,7 milhão.

³ Composta por (i) compensação aos consumidores devido aos indicadores de DIC/FIC/DMIC/DICRI no valor de R\$ 48,4 milhões e (ii) possíveis penalidades a serem estabelecidas pelo órgão regulador que substituem quaisquer outras penalidades emitidas perante a Companhia para o mesmo período em relação aos indicadores de qualidade, no total de R\$ 35,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014, a dívida atrelada ao CDI, de R\$ 3.009,0 milhões, tinha um custo médio de CDI + 1,43% a.a., e passou para R\$ 3.343,0 milhões, a um custo médio de CDI + 1,80% a.a. em 31 de dezembro de 2015 em função, principalmente, das emissões ocorridas ao longo do ano de 2015. Já o saldo remanescente da dívida de R\$ 1.321,7 milhões, basicamente atrelado ao índice de preço, tinha um custo médio de IGPD1 + 5,5% a.a. em 31 de dezembro de 2014 e o mesmo custo médio para o saldo de R\$ 1.588,3 milhões em 31 de dezembro de 2015. O prazo médio da dívida em 31 de dezembro de 2014 era de 5,4 anos, patamar superior ao prazo de 4,5 anos, de 31 de dezembro de 2015. A relação de dívida líquida/Ebitda ajustado em 2015 ficou em 3,47x e em 2014 ficou em 2,46x. O índice Ebitda ajustado/despesa financeira em 2015 ficou em 2,77x enquanto em 2014 ficou em 4,19x.

Investimentos

Investimentos em R\$ milhões



Em 2015, o volume de investimentos da Companhia atingiu R\$ 604,1 milhões, sendo que R\$ 522,1 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 81,9 milhões foram financiados pelos clientes.

Investimentos 2015 - R\$ milhões	2014	2015	Variação (%)
Serviço ao Consumidor e Expansão do Sistema	282,3	262,3	-7,1%
Confiabilidade Operacional	143,6	136,3	-5,1%
Recuperação de Perdas	8,9	8,7	-2,2%
Tecnologia da Informação	33,5	66,7	99,1%
Outros	42,0	48,0	14,3%
Total com Recursos Próprios	510,4	522,1	2,3%
Financiado pelo cliente	72,6	81,9	12,8%
Total	583,0	604,1	3,6%

Principais Investimentos em 2015

Serviços ao Cliente e Expansão do Sistema

- Foram investidos R\$ 182,2 milhões para atender à adição de 291,3 mil novos clientes, dos quais 67 mil estão relacionados às regularizações de ligações ilegais.
- Foram investidos R\$ 80,1 milhões em obras de expansão que beneficiaram aproximadamente 320 mil usuários no período.

Confiabilidade Operacional

- Foram investidos R\$ 136,3 milhões, principalmente na manutenção de 7.824 km da rede e modernização da subtransmissão e redes subterrâneas.

Recuperação de Perdas

- Foram investidos R\$ 8,7 milhões, na regularização de 30,3 mil ligações ilegais por meio de inspeções de fraudes e anomalias.

Tecnologia da Informação

- Em 2015 foi investido um total de R\$ 66,7 milhões em tecnologia da informação sendo R\$ 28,1 com a arquitetura do sistema SAP e R\$ 13,6 milhões em equipamento e sistemas para a recuperação dos indicadores de qualidade.

Outros

- Foram investidos R\$ 48,0 milhões em outras frentes como máquinas e equipamentos (R\$ 10,6 milhões), R\$ 6,8 milhões com renovação de frota, R\$ 4,7 milhões em segurança eletrônica e R\$ 4,3 milhões com muros, passeios e taludes.

Financiado pelo Cliente

- Os investimentos financiados pelos clientes totalizaram R\$ 81,9 milhões referentes à, principalmente, conversão e remoção de redes e alteamento de linhas de alta tensão.

Investimento Remunerável

O investimento remunerável, também denominado de Base de Remuneração, é constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial). Sobre o valor líquido da base de remuneração foi calculada a remuneração, e sobre o valor bruto a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL de 02/07/2012 e Despacho nº 4.258 de dezembro de 2013.

A tabela a seguir apresenta os valores da Base de Remuneração aprovada pela Aneel para o 4º ciclo em julho de 2015, já considerando os valores ajustados em Outubro/2015, após manifestação da concessionária, pelo Ofício nº 588/2015-SFF/ANEEL:

Componentes do Investimento Remunerável	Revisão Julho/11	Reajuste Julho/12	Reajuste Julho/13	Reajuste Julho/14	Revisão* Julho/15
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	16.189.530.212,21	17.021.672.065,12	18.096.420.439,31	19.225.818.038,92	21.097.791,00
b1) (-) Depreciação Acumulada	10.347.767.122,93	10.879.642.353,05	11.566.582.971,22	12.288.453.414,45	13.391.278.940,46
b2) (-) Depreciação Acumulada %	63,9%	63,9%	63,9%	63,9%	63,5%
c1) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Bruta	1.370.413.429,38	1.440.852.679,65	1.531.828.117,84	1.627.429.510,67	2.315.613.770,02
c2) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Líquida	1.196.630.700,25	1.258.137.518,25	1.337.576.321,15	1.421.054.459,35	1.767.608.510,56
d) Bens 100% depreciados	3.364.292.878,86	3.537.217.532,84	3.760.557.447,86	3.995.253.838,18	6.147.896.399,65
e) Terrenos e Servidões	313.831.954,63	329.962.917,10	350.796.775,69	372.690.002,46	456.376.870,35
f) = Ativo Imobilizado em Serviço Bruto Depreciável	11.140.991.949,34	11.713.638.935,53	12.453.238.097,92	13.230.444.687,61	12.177.904.250,98
g) (+) Almoxarifado	31.500.064,06	33.119.167,35	35.210.311,58	37.407.787,12	56.691.526,82
h) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)	4.676.632.453,09	4.917.011.361,17	5.227.471.458,52	5.553.717.952,24	6.044.589.578,70
i) (+) Investimento Previsto no Xe	-	-	-	-	-
j) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário nº)	1,0000	1,0514	1,0631	1,0624	1,0000
k) Cota de Depreciação - Taxa média Anual %	3,82%	3,82%	3,82%	3,82%	3,75%
(* 4º ciclo de RTP - Julho de 2015 Valores após reconhecimento de reconsiderações Outubro/15 Valores extraídos RAF BRR 4 Ciclo SFF ANEEL	a) Valor deduzido dos valores de Bens Administrativos, Veículos, Móveis e Utensílios e índice de aproveitamento.				

Pesquisa e desenvolvimento ("P&D")

Em 2015, a AES Eletropaulo investiu R\$ 18,4 milhões em inovação, pesquisa e desenvolvimento, dentro da sua estratégia de inovação, com foco na melhoria de processos técnicos e operacionais, na segurança de colaboradores e terceirizados, além da promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades. Em 2014, a AES Eletropaulo investiu R\$ 23,3 milhões.

Os principais projetos de 2015 estão se tornando programas permanentes, como o de Rede Inteligente (Smartgrid), com investimentos de R\$ 11,4 milhões no desenvolvimento e implementação de soluções de monitoramento, medição, supervisão, comunicação e inteligência na rede elétrica, integrando e levando os sistemas da Companhia a um novo patamar tecnológico. Foram também realizados projetos de linhas de transmissão, meio ambiente, soluções técnicas de redes de distribuição, otimização de atividades e processos, novos conceitos, metodologias e equipamentos.

Programa de Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética da AES Eletropaulo busca reduzir o desperdício de energia elétrica por meio da regularização de ligações informais em comunidades de baixa renda, eficiência de máquinas e equipamentos e em melhorias na gestão de energia por parte de clientes públicos e corporativos, além de projetos educacionais com foco no consumo consciente de energia. Em 2015, foram investidos R\$ 68,6 milhões, aumento de cerca de R\$ 21 milhões em relação a 2014, dos quais R\$ 37,1 milhões com recursos próprios e R\$ 31,5 milhões com recursos do programa da ANEEL no programa Transformação de Consumidores em Clientes, que tem como objetivo a regularização de ligações informais por meio do fornecimento seguro e confiável de energia. Nos demais projetos do programa de eficiência energética, foram contemplados órgãos públicos e privados e projetos originados através de Chamada Pública. Além de projetos no âmbito social como o Recicle Mais Pague Menos e o AES nas Escolas.

Segurança

Os Programas de Segurança da Companhia são baseados nas diretrizes globais da The AES Corporation ("AES Corp") e no Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional ("SGSSO").

Os requisitos do SGSSO estão de acordo com as especificações da Norma OHSAS 18001 (Occupational Health and Safety Assessment Series), uma norma internacional com foco na saúde e segurança do trabalho, voltada à preservação da integridade física e saúde dos colaboradores e parceiros, por meio de práticas de mitigação de riscos em atividades e instalações. Como resultado da aderência do nosso Sistema de Gestão de Saúde e Segurança recebemos, em 2012, a Certificação OHSAS 18001. Em 2015, foi realizada a auditoria de recertificação pela certificadora ABS Quality Evaluations.

Apesar dos esforços contínuos da AES Eletropaulo para manter um ambiente de trabalho seguro, em 2015 foi registrado um acidente de trânsito envolvendo uma equipe contratada e que resultou em duas fatalidades. Houve incremento das taxas de frequência com colaboradores próprios e contratados em relação a 2014, resultado de pequenos eventos em termos de lesão. Nenhum evento foi relacionado à interação com energia elétrica.

Os eventos registrados em 2015 demandaram maior atenção sobre a redução da frequência acidentes e para o reforço dos princípios e da cultura de segurança em todos os níveis operacionais. Por isso, foi definido plano de ações estratégicas adicionais ao Programa de Segurança, em aspectos de processos, coleta de dados e análise de eventos, tecnologia, gestão de contratadas e treinamentos. Em 2016 será iniciado um novo ciclo estratégico para o tema de segurança na AES, com base nos desafios observados nos últimos anos e lições aprendidas.

A Companhia mantém quatro comitês formais de segurança: o Comitê de Segurança do Trabalho AES Brasil, o Comitê de Segurança do Trabalho da AES Eletropaulo, o Comitê Regional AES Eletropaulo e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes ("CIPA"), todos com representação dos interesses de 100% dos colaboradores.

Segurança com a População

Em 2015, houve 16 acidentes fatais com a população, contra 10 em 2014. As ações de conscientização sobre os riscos foram reforçadas ao longo de 2015. Esse aumento pode ser atribuído ao avanço das atividades informais de construção civil próxima à rede de energia elétrica, realizadas principalmente nas comunidades de baixa renda. Para combater essas práticas e prover mais segurança para toda a população, em 2015 foram intensificadas as palestras de segurança nas comunidades e em empresas, a realização de *Blitze* com a população e treinamentos voltados aos trabalhadores da construção civil.

As campanhas de conscientização nas mídias de massa também foram reforçadas em 2015, com veiculações em emissoras de TV aberta, rádios, e em metrô e trens para informar os riscos de segurança ligados à rede elétrica.

A Companhia investiu R\$ 1 milhão em 2015 para levar informação à população, principalmente de baixa renda, público com o maior índice de acidentes.

Gestão Ambiental

A AES Eletropaulo conta com o Sistema de Gestão Ambiental ("SGA") certificado desde 2000 segundo os requisitos da Norma ISO 14001. Em 2015 foi realizada a auditoria de recertificação (de forma integrada com o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho) pela certificadora ABS Quality, cujo resultado foi o de "zero não conformidade". O SGA tem como principal foco a prevenção, mitigação e controle de impactos ambientais negativos decorrentes das operações da Companhia. Para alcançar melhores resultados, são estabelecidas metas e realizados investimentos na padronização e na melhoria de processos operacionais das atividades com maiores riscos ao meio ambiente.

O sistema também trata de temas que envolvem gestão de fornecedores de serviços e materiais, levando em consideração questões relacionadas ao atendimento da legislação ambiental e das políticas da Companhia, além de prevenção de impactos e acidentes. Todas essas ações são direcionadas pela política de sustentabilidade da AES Brasil, que promove uma atuação em consonância com a legislação ambiental vigente e em respeito aos recursos naturais.

Em 2015, a AES Eletropaulo destinou R\$ 75,7 milhões para ações de meio ambiente, como treinamentos, melhoria na gestão ambiental de processos, novas tecnologias, licenciamentos e compensações ambientais, investigação de potenciais passivos, remediações ambientais e auditorias ambientais junto aos fornecedores.

ENGAJAMENTO DE PÚBLICOS DE RELACIONAMENTO

Colaboradores

Visando atrair, desenvolver e reter talentos, as empresas AES Brasil dedicam esforços para proporcionar aos colaboradores um ambiente de trabalho ético e inclusivo, que valorize a diversidade e que promova o desenvolvimento pessoal e profissional. Os colaboradores são engajados para uma cultura de sustentabilidade e criação de valor compartilhado, que tem como base a ética e os Valores da AES. Em 2015, teve continuidade o processo de desenvolvimento dos 7.165 colaboradores da AES Eletropaulo com o objetivo de reter talentos com o conhecimento e experiência necessários para atingirmos os objetivos da Visão da AES - sempre apoiados em nossos Valores. As políticas de desenvolvimento de carreira incluem os processos de educação continuada, estágio, programa de trainees, reconhecimento, gestão do conhecimento, capacitação inclusiva e desenvolvimento de liderança.

Comunidades

O relacionamento e compromissos com as comunidades são pautados pelo Sistema de Gestão de Responsabilidade Social Corporativa ("SGRSC") e atendem às normas e aos padrões externos aplicáveis aos negócios da AES no Brasil, como ISO 26.000 e AA 1.000. Dessa forma, a Companhia promove a melhoria contínua da atuação social e garante o alinhamento com a estratégia de negócios e com a Política de Sustentabilidade.

As iniciativas voltadas para as comunidades estão agrupadas em quatro pilares da Política de Investimento Social Privado, alinhadas ao modelo de criação de valor da empresa fundamentado no Planejamento Estratégico Sustentável: Educação, Cultura, Esporte e Saúde; Capacitação Profissional Inclusiva; Acesso à Energia e Eficiência Energética; Influência Social. O sistema de avaliação é composto por indicadores de gestão das atividades, que medem o impacto sobre o público atingido e levam em consideração o investimento por projeto. Também são realizadas pesquisas de opinião junto aos beneficiados para medir o grau de satisfação e de atendimento às expectativas de cada público.

Em 2015, foram investidos e destinados R\$ 95,2 milhões, dos quais R\$ 50,1 milhões com recursos incentivados e R\$ 45,1 milhões com recursos próprios em ações sociais. Mais informações sobre o tema podem ser conhecidas no Relatório de Sustentabilidade da AES Eletropaulo.

RECONHECIMENTOS

- **Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE") - BM&FBovespa:** a AES Eletropaulo integra em 2016, por mais um ano, a carteira do índice que reúne as empresas com práticas mais sustentáveis da Bolsa. A AES Eletropaulo faz parte do índice desde 2005, quando foi criado;
- **Troféu Transparência:** a Companhia recebeu o reconhecimento da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade ("Anefac") pela qualidade e transparência de suas demonstrações financeiras, pela terceira vez consecutiva;
- **Prêmio Carta Capital:** 1º lugar no ranking do setor de energia na categoria "Empresas Mais Admistradas do Brasil";
- **Prêmio Eloy Chaves 2015:** a empresa recebeu a medalha de bronze em premiação que reconhece as melhores empresas de energia elétrica de todo o Brasil na área de Saúde e Segurança do Trabalho;
- **Certificação ISO 55001:** no escopo Gestão dos Ativos necessários aos sistemas de subtransmissão e distribuição aéreos e subterrâneos, bem como dos sistemas de automação associados, necessários ao fornecimento de energia elétrica na área de concessão;
- **Prêmio Nacional da Qualidade 2015:** Destaque na categoria "Processos". Além dos reconhecimentos individuais, a AES Eletropaulo contribuiu significativamente para outros importantes reconhecimentos para o grupo AES Brasil focados em inovação e sustentabilidade;
- **Guia Exame de Sustentabilidade:** empresa-modelo na edição 2015;
- **Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas:** Negócios da Comunicação;
- **Prêmio Smart 2015:** a Companhia recebeu três troféus no evento que distingue e reconhece as melhores práticas no Relacionamento com Clientes em Utilities e Telecom;
- **Prêmio Best Innovator:** 5ª empresa mais inovadora do Brasil;
- **Prêmio Aberje Regional:** com o Recicle Mais, Pague Menos, pela estratégia de comunicação do projeto;
- **Cadastro Pró-Ética:** Pelo quinto ano consecutivo entre as empresas mais éticas do país, no reconhecimento Cadastro Empresa Pró-Ética, realizado pela Controladoria Geral da União ("CGU") e pelo Instituto Ethos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A AES Eletropaulo integra o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa desde 2004 e foi a sétima Companhia a se comprometer com o seu regulamento. Seguindo as regras do Nível 2, a Companhia disponibiliza suas demonstrações contábeis em inglês e concede tag along de 100% para os acionistas detentores de ações ordinárias ("ON") e ações preferenciais ("PN"). Além disso, as ações preferenciais possuem direito a voto em algumas matérias, é prevista adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários e a obrigatoriedade de possuir pelo menos 20% de membros independentes no seu Conselho de Administração.

Desde 2005 a Companhia integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE"), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. Por ser subsidiária da The AES Corporation, companhia de capital aberto com ações na Bolsa de Nova York, a AES Eletropaulo adequou seus controles internos à Lei Sarbanes-Oxley ("SOX"), cujo objetivo é assegurar a confiabilidade das demonstrações contábeis de companhias que negociam ações no mercado norte-americano.

Estrutura Societária

Em dezembro de 2015, o capital social da AES Eletropaulo era de R\$ 1.257,6 milhões, representado por 66.604.817 ações ordinárias (39,8% do total) e 100.739.070 ações preferenciais (60,2% do total), com um *free float* total de 94.172.060 ações (56,3% do total). Ao final do exercício, a Companhia contava com aproximadamente 63 mil acionistas.

AES Eletropaulo						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
União Federal	13.342.384	20,0%	258	0,0%	13.342.642	8,0%
AES ELPA S.A.	51.825.798	77,8%	-	0,0%	51.825.798	31,0%
Brasiliiana Participações S.A.	-	0,0%	7.434.410	7,4%	7.434.410	4,4%
<i>Free Float</i>	1.436.635	2,2%	93.304.402	92,6%	94.741.037	56,6%
Total	66.604.817	100,0%	100.739.070	100,0%	167.343.887	100,0%

Data-base: 31/12/2015

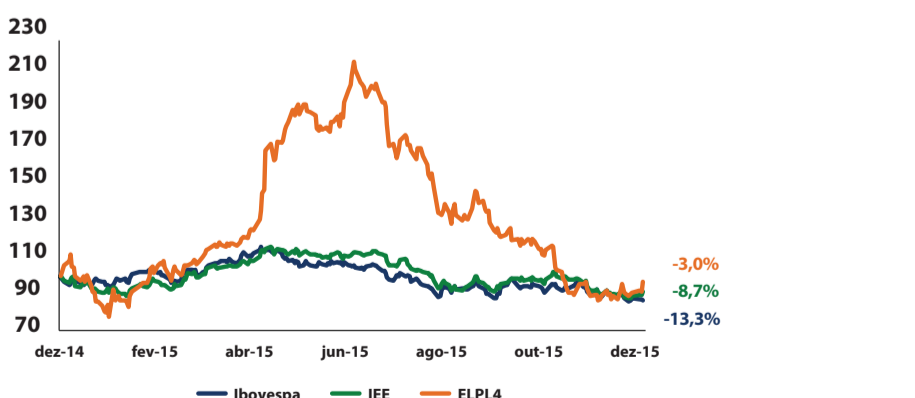
Mercado de Capitais

As ações da AES Eletropaulo estão listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos ELPL3 (ordinárias) e ELPL4 (preferenciais). A Companhia também possui ADRs negociadas no Nível I do mercado de balcão norte-americano ("OTC"), sob o código EPUMY.

Em 2015, a ação ELPL4 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa. Os dados de liquidez mostram a realização de aproximadamente 699 mil negócios, envolvendo cerca de 226 milhões de ações preferenciais e com volume médio diário de R\$ 10,7 milhões no mercado à vista. No ano, as ações preferenciais da AES Eletropaulo sofreram queda de 3,0%. No mesmo período, o índice Bovespa e IEE caíram 13,3% e 8,7%, respectivamente.

AES Eletropaulo x Ibovespa x IEE

Base 100



Serviços de Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2015, a AES Eletropaulo utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para a realização de outros trabalhos de auditoria e consultoria, em adição à auditoria das demonstrações contábeis, auditoria para fins de consolidação pela controladora indireta The AES Corporation, sediada nos Estados Unidos da América e revisão especial das Informações Trimestrais ("ITRs") relativas a 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro daquele mesmo exercício (conjuntamente denominados serviços de auditoria externa). Os detalhes dos contratos desses serviços encontram-se abaixo:

(i) Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados das Demonstrações Contábeis Regulatórias ("DCR") de acordo com a NBC-TSC-4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis e procedimentos estabelecidos pela Aneel. Data da contratação: 01 de abril de 2015.

(ii) Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados do Relatório de Controle Patrimonial ("RCP") em atendimento do inciso II, artigo 4º da Resolução Normativa ANEEL 367. Data da contratação: 01 de abril de 2015.

O valor dos serviços acima descritos totaliza R\$ 2.293.634,00 (dois milhões, duzentos e noventa e três mil e seiscentos e trinta e quatro reais) e equivale a 52% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Todos os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano. A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da EY, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

BALANÇO SOCIAL ANUAL 2015

1 - Base de Cálculo		2015 Valor (Mil reais)			2014 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)		13.667.413			10.596.616		
Resultado operacional (RO)		472.878			42.522		
Folha de pagamento bruta (FPB)		693.188			678.759		

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	64.164	9,26%	0,47%	69.656	10,26%	0,66%
Encargos sociais compulsórios	121.968	17,60%	0,89%	153.315	22,59%	1,45%
Previdência privada	315.254	45,48%	2,31%	286.038	42,14%	2,70%
Saúde	73.330	10,58%	0,54%	67.123	9,89%	0,63%
Segurança e saúde no trabalho	16.400	2,37%	0,12%	14.798	2,18%	0,14%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.403	0,64%	0,03%	3.616	0,53%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	1.460	0,21%	0,01%	1.488	0,22%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	71.829	10,36%	0,53%	81.300	11,98%	0,77%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	668.808	96,48%	4,89%	677.334	99,79%	6,39%

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	13.416	2,84%	0,10%	14.197	33,39%	0,13%
Cultura	3.293	0,70%	0,02%	3.390	7,97%	0,03%
Saúde e saneamento	632	0,13%	0,00%	704	1,66%	0,01%
Esporte	1.400	0,30%	0,01%	1.441	3,39%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	76.465	16,17%	0,56%	70.542	165,90%	0,67%
Total das contribuições para a sociedade	95.205	20,13%	0,70%	90.276	212,30%	0,85%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.975.923	840,79%	29,09%	2.387.976	5.615,86%	22,54%
Total - Indicadores sociais externos	4.149.624	877,53%	30,36%	2.550.940	5.999,11%	24,07%

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	24.421	5,16%	0,18%	44.124	103,77%	0,42%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	51.282	10,84%	0,38%	52.042	122,39%	0,49%
Total dos investimentos em meio ambiente	75.702	16,01%	0,55%	96.167	226,16%	0,91%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%
	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2015	2014
Nº de empregados(as) ao final do período	7.165	6.152
Nº de admissões durante o período	1.403	562
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	10.403	8.798
Nº de estagiários(as)	27	26
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.081	987
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.106	1.060
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	16,44%	16,48%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.475	1.454
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	8,22%	6,98%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	86	76

6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2015 Valor (Mil reais)	2014 Valor (Mil reais)
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	87,01	87,97
Número total de acidentes de trabalho	68	57

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	() todos(as) + Cipa
Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) segue as normas da OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa(*) 43.431	no Procon 7.794	na Justiça 5.434	na empresa 32.059	no Procon 4.432	na Justiça 4.077
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça -	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça -

Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$):	Em 2015: 11.978.826	Em 2014: 4.656.081
---	---------------------	--------------------

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	Colaboradores(as): 8,25%	Colaboradores: 18,91%
	Governo: 84,17%	Governo: 72,30%
	Terceiros: 6,74%	Terceiros: 11,61%
	Acionistas: 0,84%	Acionistas: -2,83%

7 - Outras Informações

(*) As reclamações "na empresa" contabilizam apenas o controle da Ouvidoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2015	2014		Notas	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	146.621	181.260	Fornecedores	13	1.926.785	1.561.434
Investimentos de curto prazo	4	384.557	727.891	Empréstimos e financiamentos	15	38.286	68.387
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	2.530.174	1.723.776	Debêntures	15	678.273	520.010
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6	25.973	19.378	Arrendamento financeiro	15	11.351	2.958
Outros tributos compensáveis	6	93.450	110.520	Subvenções governamentais		2.427	2.478
Devedores diversos		10.011	1.997	Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	2.531	19.118
Contas a receber - acordos	8	89.752	99.911	Outros tributos a pagar	14	528.319	551.549
Outros créditos	9	321.532	229.834	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		42.730	3.858
Almoxarifado		63.957	63.137	Obrigações estimadas	17	95.857	88.501
Despesas pagas antecipadamente		36.609	28.584	Obrigações sociais e trabalhistas		7.766	1.589
Ativo financeiro setorial, líquido	34	891.472	140.940	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	19	690.504	60.252
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		4.594.108	3.327.228	Provisão para processos judiciais e outros	18	166.929	168.108
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	57.640	40.279
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	26.451	-	Outras obrigações	21	271.469	230.880
Outros tributos compensáveis	6	33.916	40.780	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		4.520.867	3.319.501
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	438.191	499.851	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados	18	443.126	445.283	Empréstimos e financiamentos	15	474.952	457.364
Contas a receber - acordos	8	9.215	19.900	Debêntures	15	2.367.850	2.014.161
Outros créditos	9	63.398	81.575	Arrendamento financeiro	15	31.830	9.012
Ativo financeiro da concessão	11	2.004.798	1.980.753	Subvenções governamentais		8.108	10.535
Ativo financeiro setorial, líquido	34	449.428	129.566	Obrigações com entidade de previdência privada	16	2.604.967	2.818.793
Investimento		13.130	8.769	Provisão para processos judiciais e outros	18	319.440	299.507
Imobilizado, líquido		40.688	11.100	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	32.295	15.731
Intangível	11/12	5.158.378	5.045.454	Obrigações estimadas	17	969	720
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.680.719	8.263.031	Reserva de reversão		66.085	66.085
				Outras obrigações	21	8.319	11.042
				TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.914.815	5.702.950
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	22.1	1.257.629	1.257.629
				Reserva de capital		20.428	19.203
				Outros resultados abrangentes/ajustes de avaliação patrimonial	22.3	309.780	174.615
				Reserva de lucros:			
				Reserva legal		244.265	235.573
				Reserva estatutária		1.007.043	880.788
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.839.145	2.567.808
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.274.827	11.590.259
TOTAL DO ATIVO		13.274.827	11.590.259				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	2015	2014	Reclassificado
				2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	13.667.413	10.596.616	
CUSTOS OPERACIONAIS				
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	26	(8.524.148)	(7.212.156)	
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	26	(236.801)	(271.673)	
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	26	(1.123.511)	(396.083)	
Custo de operação				
Pessoal e administradores	27	(693.188)	(678.759)	
Entidade de previdência privada	16	(315.254)	(286.038)	
Serviços de terceiros		(524.290)	(445.870)	
Material		(42.038)	(42.886)	
Custo de construção		(610.731)	(582.995)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	10	(197.019)	(80.580)	
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(92.222)	(28.967)	
Depreciação e amortização		(490.676)	(470.528)	
Outros custos	28	(344.657)	(57.559)	
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(13.194.535)	(10.554.094)	
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)		472.878	42.522	
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	29	469.543	273.411	
Despesas financeiras	29	(663.047)	(486.637)	
Variações cambiais, líquidas	29	(120.401)	(25.671)	
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(318.905)	(238.897)	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		158.973	(196.375)	
Contribuição social	30	(28.268)	(23.791)	
Imposto de renda	30	(74.994)	(61.917)	
Contribuição social diferida	7/30	12.024	39.795	
Imposto de renda diferido	7/30	33.401	110.541	
TOTAL DOS TRIBUTOS		(57.837)	64.628	
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		101.136	(131.747)	
Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído:				
Por ação Ordinária	24	0,57004	(0,74258)	
Por ação Preferencial	24	0,62705	(0,81684)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2015	2014
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		101.136	(131.747)
Outros resultados abrangentes			
Ajuste de avaliação atuarial	16	314.955	(207.755)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	7	(107.085)	70.637
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS		309.006	(268.865)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2015	2014
Atividades operacionais:		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	101.136	(131.747)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:		
Depreciação e amortização	490.676	470.528
Variações monetárias e cambiais	19.795	(24.908)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(194.343)	(55.237)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	231.409	104.734
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	136.639	94.646
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	507.271	382.156
Fundo de pensão - Deliberação CVM 695	312.891	282.517
Reserva de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(62.532)	(67.811)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	71.748	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reserva de capital			Reserva de lucros			Total do patrimônio líquido	
	Notas	Capital social	Opções de ações outorgadas	Outros resultados abrangentes/ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva estatutária		Lucros acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2013		1.257.629	18.210	407.819	235.573	910.231	-	2.829.462
Resultado abrangente total:								
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(131.747)	(131.747)
Ajuste de avaliação atuarial	16	-	-	(207.755)	-	-	-	(207.755)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	7	-	-	70.637	-	-	-	70.637
Transações com os acionistas:								
Remuneração com base em ações	35	-	993	-	-	-	-	993
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos		-	-	-	-	-	6.218	6.218
Mutações internas do patrimônio líquido:								
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(145.584)	-	-	145.584	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	49.498	-	-	(49.498)	-
Absorção do prejuízo líquido do exercício com parte da reserva estatutária	23	-	-	-	-	(29.443)	29.443	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014		1.257.629	19.203	174.615	235.573	880.788	-	2.567.808
Resultado abrangente total:								
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	101.136	101.136
Ajuste de avaliação atuarial	16	-	-	314.955	-	-	-	314.955
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	7	-	-	(107.085)	-	-	-	(107.085)
Transações com os acionistas:								
Remuneração com base em ações	35	-	1.225	-	-	-	-	1.225
Dividendo mínimo obrigatório	23	-	-	-	-	-	(42.085)	(42.085)
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos		-	-	-	-	-	3.191	3.191
Mutações internas do patrimônio líquido:								
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(110.159)	-	-	110.159	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	37.454	-	-	(37.454)	-
Constituição de reserva legal	23	-	-	-	8.692	-	(8.692)	-
Constituição de reserva estatutária	25	-	-	-	-	126.255	(126.255)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015		1.257.629	20.428	309.780	244.265	1.007.043	-	2.839.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. e indiretamente pela Brasileira Participações S.A. ("Brasiliiana Participações"). A Brasileira Participações por sua vez é uma controlada indireta da The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Uihôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andares, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 25, faturou com fornecimento de energia 36.179 GWh e 37.827 GWh nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente, atendendo a aproximadamente 6,9 milhões e 6,7 milhões de unidades consumidoras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2015 (vide nota explicativa 33.4 (b.4)).

Reorganização societária

Conforme fato relevante divulgado em 3 de junho de 2015, tornou-se pública a proposta de reorganização societária envolvendo a Companhia Brasileira de Energia ("Companhia Brasileira") e AES Tietê S.A. ("AES Tietê"), bem como as demais sociedades direta e indiretamente controladas por elas. A proposta da reorganização foi formalizada pelo Acordo de Reestruturação assinado entre a AES Holdings Brasil Ltda. e o BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), sendo posteriormente aprovada pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 5.433 de 25 de agosto de 2015, e pelos Conselhos de Administração da Companhia Brasileira e da AES Tietê, por meio dos atos societários pertinentes, além da obtenção das anuências dos credores. Em 26 de outubro de 2015, as Assembleias Gerais de todas as sociedades envolvidas aprovaram todas as etapas da reorganização, sujeitas a determinadas condições suspensivas que foram cumpridas em 28 de dezembro de 2015. Dessa forma, para efeitos fiscais e societários, em 31 de dezembro de 2015 foi finalizado o processo de reorganização societária.

A reorganização foi realizada por meio da cisão parcial da Companhia Brasileira e versão do acervo cindido para a Brasileira Participações. A Companhia Brasileira passou a deter diretamente o controle exclusivo da AES Tietê e a Brasileira Participações passou a deter o controle, direto ou indireto, de todas as demais empresas (Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo, AES Elpa S.A., AES Uruguiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.). Na etapa subsequente, a AES Tietê foi incorporada pela Companhia Brasileira e consequentemente foi extinta, sendo esta última a entidade legal remanescente e cuja denominação social foi alterada para AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê Energia").

A AES Holdings Brasil Ltda. e a BNDESPAR formalizaram a assinatura do acordo de acionistas da Brasileira Participações, nova acionista controladora da AES Elpa e, indiretamente, da Companhia, o qual reflete substancialmente os mesmos termos do antigo acordo de acionistas da Companhia Brasileira antes da reorganização. Desta forma, a reorganização e o novo acordo de acionistas não implicaram na alteração do acionista controlador da Brasileira Participações e da AES Tietê Energia, o qual continua sendo a AES Holdings Brasil Ltda. Após a reorganização, a AES Holdings Brasil Ltda. e a BNDESPAR mantiveram as suas participações inalteradas no capital social total de ambas as empresas, Brasileira Participações e AES Tietê Energia.

Portanto, a reorganização societária implicou, exclusivamente para a Companhia, na substituição de sua controladora indireta, em razão da transferência das ações da Companhia Brasileira para a Brasileira Participações, não gerando qualquer impacto na apresentação destas demonstrações contábeis.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

Em 15 de fevereiro de 2016, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os dados quantitativos, tais como volumes e números de unidades consumidoras, não foram objeto de auditoria dos auditores independentes.

Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2014, originalmente autorizadas em 9 de fevereiro de 2015 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro". As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos e do patrimônio líquido.

	2014			
	Originalmente apresentado	Referência	Reclassificações	Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.557.279		39.337	10.596.616
CUSTOS OPERACIONAIS		(a.2 e b)		
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	(7.212.156)	-	-	(7.212.156)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	(271.673)	-	-	(271.673)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(396.083)	-	-	(396.083)
Taxa de fiscalização	(15.900)	(a.2)	15.900	-
Custo de operação				
Pessoal e administradores	(678.759)	-	-	(678.759)
Entidade de previdência privada	(286.038)	-	-	(286.038)
Serviços de terceiros	(445.870)	-	-	(445.870)
Material	(42.886)	-	-	(42.886)
Custo de construção	(582.995)	-	-	(582.995)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	(90.580)	-	-	(90.580)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(29.967)	-	-	(29.967)
Depreciação e amortização	(470.528)	-	-	(470.528)
Outros custos	(39.314)	(a.1)	(18.245)	(57.559)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(10.551.749)		(2.345)	(10.554.094)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)	5.530		36.992	42.522
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	328.648	(b)	(55.237)	273.411
Despesas financeiras	(504.882)	(a.1)	18.245	(486.637)
Variações cambiais, líquidas	(25.671)	-	-	(25.671)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(201.905)		(36.992)	(238.897)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(196.375)			(196.375)
TOTAL DOS TRIBUTOS	64.628			64.628
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(131.747)			(131.747)

	2014			
	Originalmente apresentado	Referência	Reclassificações	Reclassificado
1. RECEITAS	14.428.392		55.237	14.483.629
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	14.508.972		55.237	14.564.209
Fornecimento de energia elétrica	7.728.457	-	-	7.728.457
Outras receitas	6.197.520	(b)	55.237	6.252.757
Receita relativa à construção de ativos próprios	582.995	-	-	582.995
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	(80.580)	-	-	(80.580)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(9.612.186)		(18.245)	(9.630.431)
Material	(342.337)	-	-	(342.337)
Outros custos operacionais	(39.528)	(a.1)	(18.245)	(57.773)
Custo da energia comprada e transmissão	(8.531.836)	-	-	(8.531.836)
Serviços de terceiros	(698.485)	-	-	(698.485)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	4.816.206		36.992	4.853.198
4. RETENÇÕES	(470.528)			(470.528)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	4.345.678		36.992	4.382.670
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	328.648		(55.237)	273.411
Receitas financeiras	328.648	(b)	(55.237)	273.411
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.674.326		(18.245)	4.656.081
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	880.639		(18.245)	862.394
Empregados (Colaboradores)	880.639	-	-	880.639
Tributos (Governo)	3.366.492	-	-	3.366.492
Remuneração de capitais de terceiros	558.942		(18.245)	540.697
Juros	530.553	(a.1)	(18.245)	512.308
Aluguéis	28.389	-	-	28.389
Remuneração de capitais próprios	(131.747)			(131.747)

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:

(a) Com a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2015, do novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - "MCSE", emitido pela ANEEL, a Administração da Companhia optou por alinhar a apresentação da demonstração dos resultados com esta orientação por entender que retrata mais adequadamente suas operações. As reclassificações efetuadas com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico foram:

(a.1) Indicadores de continuidade (DIC/FIC/DMIC/DICRI) classificados como "Outros custos operacionais", anteriormente apresentados como "Despesas financeiras", no montante de R\$ 18.245;

(a.2) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE - classificada como "Deduções da receita operacional bruta", anteriormente apresentada como "Custos operacionais", no montante de R\$ 15.900.

(b) A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de "Receita Financeira", no resultado financeiro, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho. Tal conclusão está suportada no fato de que:

(i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de "WACC";

(ii) Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;

(iii) As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da "Receita Operacional Líquida";

(iv) Análises elaboradas por especialistas externos e que buscam calcular certos indicadores de performance, tais como: Retorno Sobre o Patrimônio Líquido, Retorno Sobre o Ativo Financeiro, Retorno Sobre o Ativo Operacional, Custo da Dívida, e Retorno Sobre o Ativo Total, podem sofrer distorções importantes quanto computados com base na prática contábil adotada anteriormente;

(v) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCP 05 - Contrato de Concessão.

O impacto deste assunto no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é uma reclassificação de R\$ 55.237 da receita financeira para o resultado operacional.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições. Os principais ativos financeiros da Companhia estão descritos abaixo.

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aquelos investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo". Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve nenhuma alteração no valor justo.

(b) Consumidores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber (incluindo contas a receber de acordos)

A Companhia classifica os saldos de consumidores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber, como instrumentos financeiros "empréstimos e recebíveis". Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado"). Os recebíveis podem ser reduzidos por ajuste por créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica. Incluem ainda os saldos referentes ao uso do sistema de distribuição por clientes livres e de energia vendida no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, demonstrada na nota explicativa nº 10, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão deduzidos as rubricas do ativo que as originaram - vide notas explicativas nos 5, 8 e 9. O critério utilizado atualmente pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é o seguinte:

i) Consumidores

- Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
- Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
- Classe industrial e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.

ii) Serviços prestados/Acordos

Os serviços prestados são provisionados com base nos créditos vencidos há mais de 360 dias.

Os acordos de parcelamento de consumidores inadimplentes "Termo de Confissão de Dívida - TCD" são provisionados pelo seu valor total, independente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, desde que pelo menos uma das faturas negociadas já esteja em PCLD, e são revertidos quando da ocorrência de um dos seguintes eventos: (i) recebimento do valor de cada parcela negociada, sendo a reversão proporcionalmente realizada de acordo com o valor recebido e (ii) o montante amortizado for superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente, inclusive com os demais débitos, sendo a reversão total do valor ainda em aberto.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui também, análise individual de contas julgadas de difícil recebimento pela Administração.

As baixas de créditos para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

O reconhecimento de créditos referentes a contas a receber que foram baixados, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados a crédito na rubrica de "Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa".

(d) Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

</

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
(a) Imposto de renda e contribuição social correntes
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas. A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requerem uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia. Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia reconhece um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos. Imposto diferido relacionado a tributos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

3.11 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas (taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc) revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício, ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeriram uma nova avaliação atuarial. O ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (FUNCESP). Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reembolso ou de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

3.12 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.13 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

3.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas-base de elaboração das demonstrações contábeis da Companhia não havia ajustes significativos decorrentes de valor presente de ativos ou passivos.

3.15 Distribuição de dividendos

Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação reconhecida em exercícios anteriores, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido. A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "Lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

3.16 Pagamento baseado em ações

A The AES Corporation mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela The AES Corporation são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

O custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos funcionários da Companhia. Ainda de acordo com o CPC 10 (R1), a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da The AES Corporation.

3.17 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de juros, tais como o tributo sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal aplicado, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(c) Contratos de construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICP0 01 (IFRIC 12) Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS11) Contratos de Construção. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando o modelo regulatório vigente, o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

3.18 Contratos de arrendamento

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Nos contratos de arrendamento mercantil classificados como "operacional", pagamentos são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.19 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação. O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.20 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receita e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho. Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3.21 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente. As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

(a) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. O plano de contribuição definida não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas. Em relação ao plano de benefício definido, a Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria através de avaliação atuarial realizada em bases anuais e quando necessário, em períodos intermediários, com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

(b) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:
Taxa de desconto
De acordo com o pronunciamento CPC 33(R1) - Benefícios a Empregados, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Se não houver mercado ativo desses títulos, devem ser usados os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido.
Taxa de mortalidade
A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A FUNCESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.
Aumento salarial, benefícios e inflação
Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.
Taxa esperada de retorno de ativos
De acordo com o pronunciamento CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a taxa esperada de retorno de ativos do plano será a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

(c) Amortização do ativo intangível da concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois o menor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

(d) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor entre a sua vida útil econômica estimada ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.

(e) Provisão para processos judiciais e outros

De acordo com a nota explicativa nº 3.6, a Companhia constitui provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda. As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo, em bases trimestrais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (vide nota explicativa nº 3.5). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC regulatório. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração estima que os valores contábeis serão recuperados através de suas operações futuras.

(g) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível dos lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(h) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota explicativa nº 3.1 (c).

(i) Ativo financeiro da concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1 (f), o ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. O valor desse ativo financeiro é calculado com base na Base de Remuneração homologada pela ANEEL. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, cujo fluxo de caixa é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das commodities relacionadas à infraestrutura.

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR depreciado. Dessa forma nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão. A Companhia aplicou o IGP-M até o mês de novembro de 2015 como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração. No mês de dezembro de 2015, com base no item 8 e no Submódulo 2.3 do PPRORET - Procedimentos de Regulação Tarifária, vigente a partir de 23 de novembro de 2015, a Companhia passou a aplicar o IPCA como fator de atualização. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela desse ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

(j) Valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações, requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritas na nota explicativa nº 3.3.

(k) Receita não faturada

A receita não faturada é registrada conforme descrito na nota explicativa nº 3.17 (a).

(l) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações, requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

3.22 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

(i) Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 08/2015 - Aprovado em 7 de agosto de 2015 e divulgado em 5 de novembro de 2015; Representa alterações aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 01 (R1), CPC 04 (R1), CPC 06 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 20 (R1), CPC 21 (R1), CPC 22, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 29, CPC 31, CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) e CPC 45. Todas as alterações são para vigência a partir de 1º de janeiro de 2016 e de competência geral, introduzem melhorias nos textos visando a uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento às práticas contábeis internacionais.

(ii) Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis. Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;
- IFRS 16 - Lease
- Modificações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;
- Modificações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgação;
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis;
- Modificações à IAS 27 - Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas;
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture;
- Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de investimento: Aplicando a exceção de consolidação;
- Melhorias Anuais nas IFRSs ciclo 2012 - 2014.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa:		
Numerário disponível	9.879	6.859
Numerário em trânsito	136.742	113.975
CDB-DI (i)	-	15.106
Operação compromissada (ii)	-	45.320
Subtotal	146.621	181.260

Investimentos de curto prazo:

	2015	2014
CDB-DI (i)	57.018	198.512
Operação compromissada (ii)	327.234	466.747
Títulos públicos	-	62.209
Fundo de investimento (ii)	305	423
Subtotal	384.557	727.891
Total	531.178	909.151

(i) Certificadas de depósitos bancários, fundo de investimentos e operações compromissadas foram remunerados em média a 99,62% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (100,76% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor.

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

	2015					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			

CIRCULANTE
Consumidores - fornecimento:

Residencial	395.170	424.376	81.547	901.093	(86.886)	814.207
Industrial	81.821	51.581	25.649	159.051	(9.560)	149.491
Comercial	280.555	87.224	24.768	392.547	(7.589)	384.958
Rural	107	53	5	165	-	165

Poder público:

Federal	5.023	4.546	3.054	12.623	(88)	12.535
Estadual	19.864	9.783	203	29.850	-	29.850
Municipal	23.413	8.544	1.627	33.584	(43)	33.541
Iluminação pública	26.814	3.968	330	31.112	-	31.112
Serviço público	43.275	3.816	5.936	52.827	(1.094)	51.733
Total - Faturado	876.042	593.891	143.119	1.612.852	(105.260)	1.507.592
Não faturado	854.837	-	-	854.837	-	854.837
Total	1.730.879	593.891	143.119	2.467.689	(105.260)	2.362.429

Concessionárias e permissionárias:

Energia no curto prazo - CCEE	161.898	-	-	161.898	-	161.898
Encargos de uso da rede	43	238	-	281	-	281
Ressarcimento - leilões de energia	5.566	-	-	5.566	-	5.566
Total	167.507	238	-	167.745	-	167.745
Total - CIRCULANTE	1.898.386	593.929	143.119	2.635.434	(105.260)	2.530.174

NÃO CIRCULANTE

Consumidores - fornecimento:						
Iluminação pública (*)	-	-	26.451	26.451	-	26.451
Total - NÃO CIRCULANTE	-	-	26.451	26.451	-	26.451

	2014					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			

CIRCULANTE
Consumidores - fornecimento:

Residencial	209.975	217.640	34.987	462.602	(49.626)	412.976
Industrial	48.602	30.516	13.183			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2015	2014
Tributos diferidos ativos	1.214.227	1.251.923
Tributos diferidos passivos	(776.036)	(752.072)
	438.191	499.851
Movimentação dos tributos diferidos		
Saldo em 31 de dezembro de 2013		278.878
Impacto no resultado		150.336
Impacto no patrimônio líquido		70.637
Saldo em 31 de dezembro de 2014		499.851
Impacto no resultado		45.425
Impacto no patrimônio líquido		(107.085)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		438.191

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo de 31 de dezembro de 2015, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2015		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos:			
2016	59.730	21.503	81.233
2017	148.024	53.289	201.313
2018	105.566	38.004	143.570
2019	122.093	43.953	166.046
2020-2022	344.077	123.868	467.945
2023-2025	98.424	35.433	133.857
2026-2028	14.900	5.363	20.263
	892.814	321.413	1.214.227

Em 28 de janeiro de 2016, o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, respectivamente.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

8. Contas a receber - acordos e outras contas a receber

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	2015	2014
CIRCULANTE		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	11.215	24.892
Consumidores	238.068	187.362
Outros	755	751
Subtotal	250.038	213.005
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 10	(160.286)	(113.094)
Saldo líquido de PCLD	89.752	99.911
NÃO CIRCULANTE		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	-	8.615
Consumidores	24.107	27.963
Subtotal	24.107	36.578
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 10	(14.892)	(16.678)
Saldo líquido de PCLD	9.215	19.900
Total circulante + não circulante	98.967	119.811

Em decorrência dos incrementos tarifários, houve um acréscimo no número de acordos realizados em 2015. Como estratégia para regularização de débitos em atraso pelos consumidores, a Companhia intensificou a realização de "feirões" específicos para este tipo de negociação.

A abertura das contas a receber - acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Prefeituras municipais diversas	11.215	-	-	11.215
Consumidores	123.156	29.515	109.504	262.175
Outros	-	-	755	755
Subtotal	134.371	29.515	110.259	274.145
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(49.398)	(15.521)	(110.259)	(175.178)
Saldo líquido de PCLD - Circulante + não circulante	84.973	13.994	-	98.967

9. Outros créditos

	2015	2014
CIRCULANTE		
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	45.700	45.185
Cauções e depósitos vinculados	985	1.238
Valores a receber da alienação de imóvel	79.140	49.726
Alienação de bens e direitos	10.919	9.290
Serviços prestados	1.237	873
Repasse CDE - descontos na tarifa - nota explicativa nº 25	177.011	114.669
Outros créditos - partes relacionadas - nota explicativa nº 31	3.200	2.884
Outros	3.961	6.840
Subtotal	322.153	230.705
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Serviços prestados - nota explicativa nº 10	(621)	(871)
Total	321.532	229.834
NÃO CIRCULANTE		
Eletropaulo Metropolitana x Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda. - nota explicativa nº 31	-	218
Programa Feluz - PMSBC	-	3.728
Valores a receber da alienação de imóvel	-	40.659
Bens e direitos destinados à alienação	38.321	27.552
Financiamento à CESP	8.455	5.752
Cauções contratuais - venda de imóveis	11.035	-
Outros	5.587	3.666
Total	63.398	81.575

10. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2014	Provisões	Reversões	Baixa para perdas	Saldo final 31.12.2015
CIRCULANTE					
Consumidores - nota explicativa nº 5	(68.174)	(253.505)	76.316	140.103	(105.260)
Outros créditos - serviços prestados - nota explicativa nº 9	(871)	(2.806)	986	2.070	(621)
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(113.094)	(86.387)	32.201	6.994	(160.286)
Total	(182.139)	(342.698)	109.503	149.167	(266.167)
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(16.678)	(1.669)	3.455	-	(14.892)
Total	(16.678)	(1.669)	3.455	-	(14.892)
Total circulante + não circulante	(198.817)	(344.367)	112.958	149.167	(281.059)
Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2013	Provisões	Reversões	Baixa para perdas	Saldo final 31.12.2014
CIRCULANTE:					
Consumidores - nota explicativa nº 5	(61.451)	(165.568)	69.144	89.701	(68.174)
Outros créditos - serviços prestados - nota explicativa nº 9	(1.628)	(4.044)	657	4.144	(871)
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(143.701)	(38.199)	24.846	43.960	(113.094)
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 6	(1.429)	-	1.429	-	-
Total	(208.209)	(207.811)	96.076	137.805	(182.139)
NÃO CIRCULANTE:					
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(23.679)	-	7.001	-	(16.678)
Total	(23.679)	-	7.001	-	(16.678)
Total circulante + não circulante	(231.888)	(207.811)	103.077	137.805	(198.817)

A Companhia apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2015	2014
Provisões	(344.367)	(207.811)
Reversões	112.958	103.077
Receita com recuperação de perdas (*)	34.390	24.154
Despesa com PCLD	(197.019)	(80.580)

(*) Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda, incluindo o montante de R\$ 6.654 dos créditos de precatórios judiciais (nota explicativa nº 5).

11. Contratos de concessão público - privado

	2015	2014
Ativo financeiro		
Ativo financeiro da concessão	2.004.798	1.980.753
Intangível		
Ativo intangível da concessão - nota explicativa nº 12	5.158.378	5.045.454
Total dos contratos de concessão público - privado	7.163.176	7.026.207

15. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

15.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

	Vencimento	Taxa efetiva (%)	2015					Total Circulante + Não Circulante
			Circulante			Não Circulante		
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	
Empréstimos e financiamentos								
Moeda nacional:								
FINAME - b.8	2016	8,70	2	637	-	639	-	639
FINEP (1) - b.9	2024	5,00	108	3.671	-	3.779	-	44.485
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - b.10	2019	CDI + 2,64	2.463	-	(1.829)	634	300.000 (3.759)	296.241
FINEM - Subcrédito A - a.1	2021	TJLP + 4,22	240	11.033	-	11.273	46.890	58.163
FINEM - Subcrédito B - a.1	2021	SELIC + 4,22	108	11.913	-	12.021	50.630	62.651
FINEM - Subcrédito C - a.1	2021	9,50	107	5.130	-	5.237	21.804	27.041
FINEM - Subcrédito E - a.1	2021	SELIC + 3,20	32	4.396	-	4.428	18.681	23.109
Outros	-	-	275	-	-	275	-	275
Total			3.335	36.780	(1.829)	38.286	478.711 (3.759)	474.952
Debêntures								
Debêntures - 9ª emissão - b.1	2018	CDI + 2,98	9.297	75.000	(2.471)	81.826	100.000 (2.459)	97.541
Debêntures - 11ª emissão - b.2	2018	CDI + 2,24	4.928	100.000	(837)	104.091	100.000 (869)	99.131
Debêntures - 13ª emissão - b.3	2020	CDI + 2,38	2.299	-	(1.626)	673	280.000 (3.207)	276.793
Debêntures - 14ª emissão - b.4	2021	CDI + 1,90	7.757	-	(1.696)	6.061	600.000 (7.649)	592.351
Debêntures - 15ª emissão - b.5	2018	CDI + 1,98	24.846	250.000	(4.785)	269.701	500.000 (4.730)	495.270
Debêntures - 16ª emissão - b.6	2016	CDI + 3,86	18.989	174.930	(265)	193.654	-	193.654
Debêntures - 17ª emissão - a.3 (2ª série)	2017	CDI + 2,24	6.519	-	(289)	6.230	90.000 (15)	98.985
Debêntures - 18ª emissão - a.4 (1ª série)	2022	CDI + 3,06	6.991	-	(237)	6.754	200.000 (1.043)	198.957
Debêntures - 18ª emissão - a.4 (2ª série)	2022	CDI + 3,07	6.991	-	(250)	6.741	200.000 (1.118)	198.882
Debêntures - 19ª emissão - a.5	2021	CDI + 3,12	2.881	-	(339)	2.542	320.000 (1.060)	318.940
Total			91.138	599.930	(12.795)	678.273	2.390.000 (22.150)	2.367.850
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro - c		8,49 a 15,64	-	11.351	-	11.351	31.830	31.830
Total				11.351		11.351	31.830	43.181
Total da dívida			94.473	648.061	(14.624)	727.910	2.900.541 (25.909)	2.874.632

	Ativo financeiro da concessão	Atualização do ativo financeiro da concessão	Total do ativo financeiro da concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.285.810	101.121	1.386.931
Transferência - ativo intangível em curso - nota explicativa nº 12	555.458	-	555.458
Baixas	(16.873)	-	(16.873)
Atualização monetária - nota explicativa nº 25	-	55.237	55.237
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.824.395	156.358	1.980.753
Transferência - ativo intangível em curso - nota explicativa nº 12	26.238	-	26.238
Rebifurcação de obrigações especiais - nota explicativa nº 12	(184.697)	-	(184.697)
Baixas	(11.839)	-	(11.839)
Atualização do valor justo (*)	-	1.216	1.216
Atualização monetária - nota explicativa nº 25	-	193.127	193.127
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.654.097	350.701	2.004.798

(*) A Companhia, com base no laudo de avaliação referente ao 4º Ciclo de Revisão Tarifária, registrou em junho de 2015 aumento do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 1.216, sendo R\$ 73.271 do ativo financeiro, líquido de R\$ 72.055 de obrigações especiais. Este aumento, juntamente com a atualização monetária no montante de R\$ 193.127, foi registrado em contrapartida à rubrica de "Receita operacional líquida", detalhado na nota explicativa nº 25.

Características do contrato de concessão da Companhia
Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente. Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Em 6 de junho de 2005 foi assinado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, tendo como objeto atender às condições de eficácia constantes dos § 2º dos artigos 36 e 43 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que dá tratativa do repasse às tarifas dos consumidores finais.

Em 3 de maio de 2010 foi assinado o Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, cujo objeto foi alteração dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da "Parcela A" da Receita Anual da Concessionária, na forma das alterações efetuadas na redação da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998-ANEEL, celebrado em 15 de junho de 1998, estabelecida na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

Em 10 de dezembro de 2014 foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos.

Bens vinculados à concessão
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Vencimento	Taxa efetiva (*) (%)	2014							Total Circulante + Não Circulante
		Circulante				Não Circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos									
Moeda nacional:									
RELUZ - Eletrobrás - SBC - b.7	2015	5,00	–	440	–	440	–	–	440
FINAME - b.8	2016	8,70	8	1.528	–	1.536	637	–	2.173
FINEP (*) - b.9	2024	4,00	106	3.620	–	3.726	44.270	–	47.996
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - b.10	2019	CDI + 2,41	5.904	60.000	(3.494)	62.410	420.000	(7.543)	474.867
Outros			275	–	–	275	–	–	275
Total			6.293	65.588	(3.494)	68.387	464.907	(7.543)	457.364
Debêntures									
Debêntures - 9ª emissão - b.1	2018	CDI + 2,98	11.039	75.000	(3.552)	82.487	175.000	(4.930)	170.070
Debêntures - 11ª emissão - b.2	2018	CDI + 2,24	4.090	–	(798)	3.292	200.000	(1.706)	198.294
Debêntures - 13ª emissão - b.3	2020	CDI + 2,28	5.645	40.000	(2.074)	43.571	320.000	(5.343)	314.657
Debêntures - 14ª emissão - b.4	2021	CDI + 1,90	6.512	–	(1.540)	4.972	600.000	(9.345)	595.627
Debêntures - 15ª emissão - b.5	2018	CDI + 1,98	20.692	–	(4.636)	16.056	750.000	(9.515)	740.485
Debêntures - 16ª emissão - b.6	2016	CDI + 2,52	19.907	350.000	(275)	369.632	–	–	369.632
Total			67.885	465.000	(12.875)	520.010	2.045.000	(30.839)	2.014.161
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro - c		8,40 a 13,90	–	2.958	–	2.958	9.012	–	9.012
Total			–	2.958	–	2.958	9.012	–	11.970
Total da dívida			74.178	533.546	(16.369)	591.355	2.518.919	(38.382)	2.480.537

(*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das subvenções governamentais.

(**) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Os financiamentos referentes ao FINEM e as Debêntures - 18ª emissão possuem como garantia os recebíveis da Companhia, sendo passível de bloqueio em conta bancária. Esta garantia corresponde a 25% do saldo devedor do financiamento, no caso do FINEM, e à totalidade do saldo devedor, no caso das Debêntures - 18ª emissão. FINAME e FINEP possuem cartas de fiança como garantia contratadas pela Companhia, conforme detalhado abaixo:

	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
FINAME	1	4.584	1,10%
FINEP	4	60.435	1,30% a 3,50%

Os demais empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

15.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir.

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o exercício de 2015:

a.1) FINEM - em fevereiro de 2015 a Companhia obteve junto ao Banco Itaú, mediante repasse contratado com o BNDES, um financiamento para implementação do programa de investimento, referente ao ano de 2014, objetivando a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica, com carência de 6 meses para pagamento de principal. A ANEEL, por meio do Despacho nº 596/2015, anuiu à contratação no montante de R\$ 172.000. O montante total aprovado é liberado de acordo com a comprovação das obras previstas em contrato. O total liberado até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 171.144.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
FINEM - Subcrédito A	TJLP + 4,22%	Trimestral até a carência. A partir desta data, mensal	Mensal (a partir de outubro de 2015)	Março de 2021
FINEM - Subcrédito B	SELIC + 4,22%			
FINEM - Subcrédito C	9,5%			
FINEM - Subcrédito D	SELIC + 3,20%			
FINEM - Subcrédito E	SELIC + 3,20%			

a.2) Notas promissórias - 2ª emissão - em 8 de setembro de 2015 foi concluída a emissão de 10 notas promissórias com valor unitário de R\$ 10.000, perfazendo o montante de R\$ 100.000.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
Notas promissórias	CDI + 2,95%	No vencimento	R\$ 100.000	Janeiro de 2016

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados para recomposição de caixa, devido aos pagamentos de parcelas de principal das Cédulas de Crédito Bancário e da 13ª emissão de debêntures. A Companhia liquidou antecipadamente este financiamento em dezembro de 2015, utilizando parcialmente os recursos obtidos com a 19ª Emissão de Debêntures.

a.3) Debêntures - 17ª Emissão - R\$ 190.000 em debêntures, ocorrida em 16 de janeiro de 2015, no mercado local, com vencimentos em julho de 2015 (1ª série) e janeiro de 2017 (2ª série).

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
17ª Emissão (1ª série)	CDI + 1,35%	No vencimento	R\$ 100.000	Julho de 2015
17ª Emissão (2ª série)	CDI + 1,90%	Semestrais	R\$ 90.000	Janeiro de 2017

As emissões de debêntures são de espécie quirográfica, não conversíveis em ações e em duas séries. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados para o reforço do capital de giro e refinanciamento de dívidas.

Em julho de 2015 foi liquidado o montante de R\$ 106.691, referente à 1ª série desta emissão.

a.4) Debêntures - 18ª Emissão - R\$ 400.000 em debêntures, em duas séries de R\$ 200.000 cada, ocorrida em 14 de julho de 2015, no mercado local, com vencimentos até julho de 2022.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
18ª Emissão (1ª série)	CDI + 2,85%	Trimestrais	Trimestral R\$ 9.520	Outubro de 2017 a Abril de 2022
18ª Emissão (2ª série)	CDI + 2,85%	Trimestrais	Única R\$ 19.120 Trimestral R\$ 9.520	Julho de 2022 Outubro de 2017 a Abril de 2022

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, em duas séries, de espécie com garantia real. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Em 11 de setembro de 2015 foi celebrado o primeiro aditamento da escritura da 18ª emissão de debêntures, por meio do qual foi formalizada a convocação da espécie das Debêntures de quirografia para a espécie com garantia real. Possuiem como garantia os recebíveis da Companhia, sendo passível de bloqueio em conta bancária. Esta garantia corresponde a totalidade do saldo devedor deste financiamento.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados para o reforço de capital de giro, refinanciamento de dívidas e investimentos nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017.

a.5) Debêntures - 19ª Emissão - R\$ 320.000 em debêntures, ocorrida em 10 de dezembro de 2015, no mercado local, com vencimento em julho de 2021.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
19ª Emissão	CDI + 2,95%	Semestrais	Semestral R\$ 35.552	Junho de 2017 a Dezembro de 2020
			Única R\$ 35.584	Julho de 2021

As emissões de debêntures são de espécie quirográfica e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para a realização do resgate antecipado obrigatório das Notas promissórias - 2ª Emissão, recomposição de caixa referente aos pagamentos das parcelas de principal vincendas em 2015 e 2016 das Cédulas de Crédito Bancário ("CCB Bradesco") e pagamento da parcela de principal vincenda em 2016 da 13ª emissão de debêntures.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores:

b.1) Debêntures - 9ª Emissão - R\$ 250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local, com vencimento final em agosto de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
9ª Emissão	CDI + 1,12%	Semestrais	Anual R\$ 75.000	Agosto de 2015
			R\$ 75.000	Agosto de 2016
			R\$ 25.000	Agosto de 2017
			R\$ 75.000	Agosto de 2018

As emissões de debêntures são de espécie quirográfica e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos obtidos por meio da 9ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a Companhia e bancos credores em 2004.

b.2) Debêntures - 11ª Emissão - R\$ 200.000 em debêntures, ocorrida em 23 de outubro de 2007, com data de emissão em 1º de novembro de 2007, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
11ª Emissão	CDI + 1,75%	Semestrais	Anual R\$ 100.000	Novembro de 2016
			R\$ 100.000	Novembro de 2018

As emissões de debêntures são de espécie quirográfica e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição da Companhia, no curso regular de seus negócios.

b.3) Debêntures - 13ª Emissão - R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 14 de maio de 2010, no mercado local, com vencimento final em maio de 2020.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
13ª Emissão	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 20.000	Maio de 2013
			R\$ 20.000	Maio de 2014
			R\$ 40.000	Maio de 2015
			R\$ 40.000	Maio de 2016 (*)
			R\$ 80.000	Maio de 2017
			R\$ 80.000	Maio de 2018
			R\$ 80.000	Maio de 2019
			R\$ 40.000	Maio de 2020

(*) Em 8 de dezembro de 2015, foi celebrado o quarto aditamento da escritura da 13ª emissão de debêntures, por meio do qual foram alterados (i) a data de amortização programada da parcela vincenda em 14 de maio de 2016 para 10 de dezembro de 2015; e (ii) a data de emissão de uma nova data de remuneração das Debêntures, excepcionalmente, no dia 10 de dezembro de 2015, quando a Companhia efetuou o pagamento da remuneração. O resgate antecipado desta parcela foi realizado utilizando parcialmente os recursos obtidos com a 19ª emissão de Debêntures.

As emissões de debêntures são de espécie quirográfica e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para o pagamento dos Bonds denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010.

b.4) Debêntures - 14ª Emissão - R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 28 de novembro de 2011, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2021.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
14ª Emissão	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 60.000	Novembro de 2018
			R\$ 180.000	Novembro de 2019
			R\$ 180.000	Novembro de 2020
			R\$ 180.000	Novembro de 2021

As emissões de debêntures são de espécie quirográfica e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012.

15.6 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é como segue:

Moeda nacional	Saldo inicial 31.12.2014	Ingressos	Encargos financeiros	Varição monetária	Pagamentos principal	Pagamentos encargos financeiros	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Subvenções governamentais	Saldo final 31.12.2015
Instituições financeiras/credores										
FINAME	2.173	–	119	–	(1.528)	(125)	–	–	–	639
FINEP	47.996	–	2.557	106	(6.098)	(2.554)	–	–	2.478	44.485
RELUZ - Eletrobrás - SBC	440	–	6	–	(440)	(6)	–	–	–	–
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	474.867	–	67.159	–	(180.000)	(70.599)	–	5.448	–	296.875
FINEM - Subcrédito A	–	60.192	3.670	193	(2.461)	(3.431)	–	–	–	58.163
FINEM - Subcrédito B	–	60.192	1.610	4.990	(2.638)	(1.503)	–	–	–	62.651
FINEM - Subcrédito C	–	28.200	1.326	–	(1.266)	(1.219)	–	–	–	27.041
FINEM - Subcrédito D	–	22.560	385	1.584	(1.067)	(353)	–	–	–	23.109
FINEM - Subcrédito E	–	100.000	4.248	–	(100.000)	(4.248)	(2.179)	2.179	–	–
Nota promissória - 2ª emissão	11.970	33.676	5.414	–	(7.879)	–	–	–	–	43.181
Arrendamento financeiro	275	–	3.304	–	–	(3.304)	–	–	–	275
Subtotal	537.721	304.820	89.798	6.873	(303.377)	(87.342)	(2.179)	7.627	2.478	556.419
Debêntures - 9ª emissão	252.557	–	30.971	–	(75.000)	(32.712)	–	3.551	–	179.367
Debêntures - 11ª emissão	201.586	–	29.280	–	–	(28.442)	–	798	–	203.222
Debêntures - 13ª emissão	358.228	–	47.624	–	(80.000)	(50.969)	–	2.583	–	277.466
Debêntures - 14ª emissão	595.627	–	86.319	–	–	(85.074)	–	1.540	–	598.412
Debêntures - 15ª emissão	756.541	–	105.797	–	–	(102.004)	–	4.637	–	764.971
Debêntures - 16ª emissão	369.632	–	36.253	–	(175.070)	(37.172)	(2.337)	2.348	–	193.654
Debêntures - 17ª emissão (1ª série)	–	100.000	6.691	–	(100.000)	(6.691)	(273)	273	–	–
Debêntures - 17ª emissão (2ª série)	–	90.000	12.792	–	–	(6.273)	(544)	240	–	96.215
Debêntures - 18ª emissão (1ª série)	–	200.000	15.000	–	–	(8.008)	(1.376)	95	–	205.711
Debêntures - 18ª emissão (2ª série)	–	200.000	13.191	–	–	(6.200)	(1.459)	91	–	205.623
Debêntures - 19ª emissão	–	320.000	2.881	–	–	–	(1.417)	18	–	321.482
Subtotal	2.534.171	910.000	386.799	–	(430.070)	(363.545)	(7.406)	16.174	–	3.046.123
Total	3.071.892	1.214.820	476.597	6.873	(733.447)	(450.887)	(9.585)	23.801	2.478	3.602.542

b.5) Debêntures - 15ª Emissão - R\$ 750.000 em debêntures, ocorrida em 9 de outubro de 2012, no mercado local, com vencimento em outubro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda nacional	Saldo inicial 31.12.2013	Ingressos	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos encargos financeiros	Baixas	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Subvenções governamentais	Saldo final 31.12.2014
Instituições financeiras/credores										
FINAME	3.705	-	248	(1.527)	(253)	-	-	-	-	2.173
FINEP	32.085	29.397	1.820	(5.590)	(1.780)	-	-	-	(7.936)	47.996
RELUZ - Eletrobrás - SBC	1.321	-	60	(881)	(60)	-	-	-	-	440
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	530.760	-	64.849	(60.000)	(64.507)	-	-	3.765	-	474.867
Arrendamento financeiro	15.307	-	1.617	(4.034)	-	(920)	-	-	-	11.970
Notas promissórias - 1ª emissão	-	190.000	11.679	(190.000)	(11.679)	-	(470)	470	-	-
Outros	275	-	3.304	-	(3.304)	-	-	-	-	275
Subtotal	583.453	219.397	83.577	(262.032)	(81.583)	(920)	(470)	4.235	(7.936)	537.721
Debêntures - 9ª emissão	246.978	-	29.356	-	(27.483)	-	-	3.706	-	252.557
Debêntures - 11ª emissão	200.145	-	24.809	-	(24.107)	-	-	739	-	201.586
Debêntures - 13ª emissão	375.283	-	44.567	(20.000)	(43.785)	-	-	2.163	-	358.228
Debêntures - 14ª emissão	593.117	-	72.880	-	(71.801)	-	-	1.431	-	595.527
Debêntures - 15ª emissão	748.839	-	89.001	-	(85.647)	-	-	4.348	-	756.541
Debêntures - 16ª emissão	-	350.000	18.907	-	-	-	(1.712)	1.437	-	369.632
Subtotal	2.164.362	350.000	280.520	(20.000)	(252.823)	-	(1.712)	13.824	(1.579)	2.534.171
Total	2.747.815	569.397	364.097	(282.032)	(334.406)	(920)	(2.182)	18.059	(7.936)	3.071.892

15.7 Compromissos financeiros - "Covenants"
Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado (*) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice deve ser inferior a 3,5 vezes.
- Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado (*) sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice deve ser superior a 1,75 vezes.

Em 31 de dezembro de 2015, estes índices eram de:

- Dívida líquida/EBITDA ajustado = 3,47 vezes;
- EBITDA ajustado/despesa financeira = 2,77 vezes.

Conforme descrito nos contratos de dívida, o não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*. A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2015 foram atendidos.

(*) EBITDA ajustado - significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificadas na conta de "custo de operação" e (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima.

16. Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. O custeio do plano reformulado para as parcelas de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implantado na privatização da Companhia. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano misto de suplementação. O benefício é pago a partir da data em que o participante completa as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Ao final do exercício de 2015, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais	9.770.083	10.078.792
Valor justo dos ativos do plano	(7.165.116)	(7.259.999)
Obrigações registradas	2.604.967	2.818.793

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego são demonstradas a seguir:

	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	10.078.792	9.789.505
Custo dos serviços correntes	16.028	15.066
Custo dos juros	1.054.916	1.049.523
Benefícios pagos	(914.124)	(896.615)
Contribuições dos empregados	6.753	6.270
Perda (Ganho) atuarial	(472.282)	115.043
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	9.770.083	10.078.792

As movimentações do valor justo dos ativos do plano são demonstradas a seguir:

	2015	2014
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.259.999	7.236.335
Contribuição do empregador	211.762	224.649
Contribuições dos empregados	6.753	6.270
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(157.327)	(92.712)
Rendimento esperado dos ativos do plano	758.053	782.072
Benefícios pagos	(914.124)	(896.615)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.165.116	7.259.999

As despesas reconhecidas foram as seguintes:

	2015	2014
Custo dos serviços correntes	16.028	15.066
Custo dos juros	1.054.916	1.049.523
Rendimento esperado dos ativos do plano	(758.053)	(782.072)
Total das despesas benefício definido	312.891	282.517
Capitalização para o intangível em curso	(1.524)	-
Outras contribuições - Contribuição definida	3.887	3.521
Total das despesas no exercício	315.254	286.038

A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	2.818.793	2.553.170
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	312.891	282.517
Pagamento de contribuições	(211.762)	(224.649)
Ajuste de avaliação atuarial	(314.955)	207.755
Saldo final	2.604.967	2.818.793

As movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes são como segue:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	(1.548.012)	(1.340.257)
Ganho (Perda) atuarial gerado pela taxa de desconto	992.042	(209.856)
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	(485.626)	(37.898)
Ganho (perda) atuarial gerado pela premissa demográfica	(34.134)	132.711
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(157.327)	(92.712)
Saldo no final do exercício	(1.233.057)	(1.548.012)

A composição dos investimentos do plano por segmento é a seguinte:

	Distribuição dos investimentos		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2015	2014	
Renda fixa	82,82%	79,69%	até 100%
Renda variável	10,49%	14,97%	até 70%
Empréstimos a participantes	2,11%	1,72%	até 15%
Imóveis	4,22%	3,62%	até 8%
Investimentos estruturados	0,36%	0,00%	até 20%
Total	100,00%	100,00%	

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são as seguintes:

	2016	2015	2014
a) Premissas econômicas:			
a1) Determinação do passivo atuarial:			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	12,13% a.a	10,93% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	6,59% a.a	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.
a2) Determinação da despesa atuarial:			
Taxa de desconto nominal	12,13% a.a	10,93% a.a.	11,19% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
b) Premissas demográficas:			
Tábua biométrica de mortalidade (passivo atuarial)	N/A	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade (despesa)	AT-2000	AT-2000	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez	N/A	Light fraica	Tábua Mercer
Taxa de rotatividade esperada	N/A	EXPR 2012	0,30 (tempo de serviço + 1)
c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos	N/A	19,55	19,55

A estimativa da despesa para o exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

	2016
Custo dos serviços correntes	12.793
Custo dos juros	1.128.057
Rendimento esperado dos ativos do plano	(821.401)
Total da despesa projetada para o exercício	319.449

O valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2016 é de R\$ 292.148.

A duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício é de 8,49 anos (9,33 anos em 31 de dezembro de 2014).

Os pagamentos esperados do plano para exercícios futuros da obrigação de benefício definido são os seguintes:

1 ano	940.704
Entre 2 e 5 anos	4.087.873
Após 5 anos	5.783.100
Total de pagamentos esperados do plano	10.811.677

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 9.770.083, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,25%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2015 está demonstrado abaixo:

Hipóteses	Índice estimado de aumento nominal dos salários	Taxa nominal de reajuste de benefícios	Taxa estimada de inflação de longo prazo	Taxa de desconto
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(+0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	7.463	214.572	-	(191.112)
Total da obrigação de benefício definido	9.777.546	9.984.655	9.770.083	9.770.083

16.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

	2015	2014
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos:		
Confissão de dívida IIa (i)	431.975	398.762
Confissão de dívida IIb (i)	224.223	206.982
Contrato de ajustes de reserva matemática (ii)	3.643.695	2.825.149

Total do contrato 4.299.893 3.430.893

Diferença entre premissas (*) (1.694.926) (612.100)

Total registrado 2.604.967 2.818.793

(*) A parcela do déficit no montante de R\$ 1.694.926 é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela FUNCESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

(i) Refere-se ao contrato de confissão de dívida, assinado em 30 de setembro de 1997 e aditado pela quarta vez em 5 de junho de 2014, para refinanciamento das parcelas vencidas entre abril de 2014 e março de 2016, sendo mantidas as demais condições contratuais, inclusive o prazo, a taxa e o pagamento mensal dos juros. A parcela IIb, refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela FUNCESP à Companhia.

(ii) Refere-se ao contrato de ajuste de reservas matemáticas, assinado em 30 de setembro de 1997, aditado pela quarta vez em 5 de junho de 2014, para refinanciamento das parcelas vencidas entre abril de 2014 e março de 2016, sendo mantidas as demais condições contratuais, inclusive o prazo, a taxa e o pagamento mensal dos juros. O saldo deste contrato é ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da FUNCESP.

17. Obrigações estimadas

	2015	2014
CIRCULANTE		
Férias	37.176	33.788
Programa de incentivo a aposentadoria	618	-
Participação nos lucros e resultados	39.399	37.931
Encargos sociais sobre férias e gratificações	14.459	12.853
Bônus	4.205	4.029
Total	95.857	88.601
NÃO CIRCULANTE		
Bônus	969	720
Total	969	720

18. Provisões para processos judiciais e outros

18.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável
As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhista (a)	247.899	251.747	215.777	228.822
Plano cruzado - reajuste de tarifa (b)	13.492	15.864	3.639	3.180
Processos cíveis (c)	26.021	31.936	777	1.382
Processos regulatórios (d)	71.445	58.479	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	531	523	-	-
Processos fiscais (f)	65.198	71.385	27.464	28.873
Meio ambiente (g)	11.425	12.708	-	-
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (h)	20.231	-	23.119	-
Outros	30.127	24.973	-	-
Total	486.369	467.615	270.776	262.257
Circulante	166.929	168.108	-	-
Não circulante	319.440	299.507	-	-
Total	486.369	467.615		

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 443.126 (R\$ 445.283 em 31 de dezembro de 2014), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Cauções e depósitos vinculados	
	2015	2014
Processos prováveis	270.776	262.257
Processos possíveis (*)	120.726	131.854
Processos remotos	51.624	51.172
Total	443.126	445.283

(*) O montante de R\$ 120.726, referente aos depósitos vinculados a processos com probabilidade de perda possível, é composto em sua maior parte por depósitos judiciais para processos fiscais, os quais são realizados pela Companhia a fim de viabilizar sua apresentação de defesa nas execuções dos processos.

A movimentação das provisões dos processos judiciais e outros é como segue:

	Passivo						
	Saldo inicial 31.12.2014	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Reclassificações	Saldo final 31.12.2015
Trabalhista	251.747	94.109	17.874	(69.915)	(45.916)	-	247.899
Plano cruzado - reajuste de tarifa	15.864	807	2.372	(906)	(4.645)	-	13.492
Processos cíveis							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Adeção ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 28 de novembro de 2014, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS (instituído pela Lei nº 11.941/2009 e reaberto através da Lei nº 13.043/2014), com o intuito de utilizar-se dos benefícios de redução dos débitos instituídos pela legislação. Nesta oportunidade, foi requerida a desistência do processo judicial para possibilitar a inclusão no REFIS do débito de ILL (Imposto sobre o Lucro Líquido) constituído em março de 2000, o qual correspondia a provisão no valor de R\$ 25.444 em setembro de 2015.

Segue abaixo um resumo das movimentações ocorridas com a adesão:

	Ativo	Passivo	Resultado Financeiro
Depósito judicial	25.444	-	-
Provisão ILL - Principal	-	6.317	-
Provisão ILL - Juros	-	19.127	-
Adeção ao Refis (45% dos juros)	-	(5.995)	5.995
Pagamento ILL (Levamento depósito judicial - União)	(19.449)	(19.449)	-
Pagamento ILL (Levamento depósito judicial - Companhia)	(5.995)	-	-
Impacto total	-	-	5.995

Processos ambientais: Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 31 de dezembro de 2015, tais demandas respondem pela provisão R\$ 11.425 (R\$ 12.708 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia estima que os atuais processos serão concluídos até 2017. Dentro os casos provisionados, merecem destaque as demandas relacionadas à contaminação de solo e água subterrânea, conforme seguem:

Complexo Cambuci: Estudos ambientais foram iniciados em 2005 para avaliação de qualidade do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos e às ações de remediação. Em 2012, foi assinado o compromisso de venda do imóvel, com a obrigação contratual de entrega da área remediada. Em 2013, foram elaborados novos estudos considerando o uso futuro da área, que apontaram as ações a serem intervenções necessárias para encerramento da remediação, que foi concluída em 2015. Em 2014 foram realizadas etapas de remediação e monitoramento na área, as quais permitiram a assinatura da escritura pública de venda de imóvel, transferindo definitivamente a propriedade e posse. Atualmente, a Companhia realiza o monitoramento da qualidade da água subterrânea solicitado pela CETESB.

Miguel Yung: Estudos ambientais foram iniciados em 2009 para avaliação do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos para identificação e foi constatada a presença de resíduos domésticos enterrados e entulho (dispostos clandestinamente em data anterior à concessão), exigindo o detalhamento dos estudos visando a quantificação, o qual foi realizado em dezembro de 2013 e confirmou a necessidade de remoção do lixo enterrado. A Companhia iniciou em fevereiro de 2014 a remoção e destinação do solo impactado com resíduos depositados na área, sendo finalizados no segundo trimestre de 2015. A investigação em água e solo foi finalizada, restando os monitoramentos da qualidade da água subterrânea solicitado pela CETESB. Será necessário o reaterro da área para nivelamento, que deverá ser executado em 2016.

Estações Transformadoras de Distribuição: A Companhia iniciou, em 2007, processos de regularização ambiental de obras para melhoria e ampliação de subestações. Estes processos exigem uma investigação ambiental das condições do solo e água subterrânea acompanhadas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SMA, conforme procedimentos estabelecidos pela CETESB. Durante as atividades de investigação, foram identificados, em parte dos imóveis, contaminantes no solo e água subterrânea, sendo necessária a adoção de ações de remediação ambiental. Novos processos foram abertos em 2013 em decorrência da ampliação das subestações, gerando a necessidade de remediação e/ou monitoramentos. Novas etapas de monitoramento acontecerão em 2016.

Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer, visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e a remoção das áreas afetadas de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à primeira instância, tendo o Ministério Público requerido o cumprimento da sentença.

Após determinação do juízo, a Companhia esclareceu que pretendia cumprir a condenação alternativa por meio de doação de área verde em zona de manancial ao Estado de São Paulo. Igualmente, requereu que a EMAE, na qualidade de proprietária do imóvel, fosse intimada a ingressar no processo, para que seja cumprida a parte da decisão judicial que determinou as demolições, regularizações e plantas na área ocupada pela Associação Desportiva Cultural Eletropaulo.

A Secretária do Meio Ambiente (SMA) notificou o juízo e a Companhia informando que não aceitaria a doação de área verde em zona de manancial oferecida pela Companhia, uma vez que representaria custos adicionais ao Estado para instalação e manutenção de infraestrutura ("doação com encargos ao Estado"). Considerando isto, foram iniciadas tratativas com a SMA para cumprir essa parte da sentença por meio da implementação de um projeto ambiental na região. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantém provisão para cumprimento das partes estimáveis da presente demanda no montante de R\$ 2.885.

PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia vem efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 31 de dezembro de 2015, corresponde a R\$ 20.231, e efetuou depósitos judiciais no montante de R\$ 23.119. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2023.

Processos em probabilidade de perder classificados como possível: A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 10.000 para fins de divulgação.

A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Notas	Descrição das contingências	Valor estimado da contingência	
		2015	2014
(18.2.1)	Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.787.659	1.554.811
(18.2.2)	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
(18.2.3)	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
(18.2.4)	Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
(18.2.5)	Autuação PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	63.444	55.408
(18.2.6)	Ação Popular - Maruzan Conrado	33.341	28.648
(18.2.7)	Ecovias - Uso do solo	Não determinado	Não determinado
(18.2.8)	Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado	Não determinado
(18.2.9)	Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado	Não determinado
(18.2.10)	Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento	16.392	11.462
(18.2.11)	Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
(18.2.12)	Recolhimento do FGTS	85.205	112.902
(18.2.13)	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	40.373	39.722
(18.2.14)	NFLDs - Execuções Fiscais	32.408	31.384
(18.2.15)	CSLL - Base Negativa	130.463	123.045
(18.2.16)	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	108.122	88.300
(18.2.17)	PIS - Decretos n's 2445/1988 e 2449/1988	49.394	49.394
(18.2.18)	PIS - Estatuto da Decadência	221.294	214.146
(18.2.19)	Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	3.798	3.009
(18.2.20)	Finsocial	185.021	171.744
(18.2.21)	COFINS - Anistia	149.061	144.802
(18.2.22)	Ações Anulatórias - Multas de Trânsito	68.616	51.894
(18.2.23)	COFINS - Multa de Ofício	58.988	221.631
(18.2.24)	PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	126.582	116.031
(18.2.25)	Devolução tarifária - Base Blindada	628.516	489.277
(18.2.26)	Auto de Infração nº 1014/2015	155.626	-
(18.2.27)	Auto de Infração - Multa de ofício sobre compensações não homologadas	15.025	-
(18.2.28)	Auto de Infração - Ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória	124.935	-
(18.2.29)	Auto de Infração nº 0014/2015	31.522	-
(18.2.30)	Termo de Notificação nº 0005/2015	45.729	-

(18.2.1) Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Apesar da demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 4 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1989, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato.

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da Companhia (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Companhia de valor estimado de R\$ 1.787.659 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.554.811 em 31 de dezembro de 2014), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a Companhia não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido verificado a EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável, a Eletrobrás em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas a reformar a decisão do TJRJ.

Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006 o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, a exclusão da relação litigiosa. De acordo com a mencionada corte superior, o artigo 103, inciso V, do Código de Processo Civil estabelece que a apreciação de questões através de procedimento que não a Execução de Prê-Executividade interessa e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal. Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, "Embargos de Declaração" e, em abril de 2007, "Embargos de Divergência" e "Recurso Extraordinário", sendo que todos os recursos foram decididos contra a Companhia.

Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a Companhia e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986. Em setembro de 2008, a Companhia apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de "Liquidação de Sentença por Arbitramento" perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em 26 de maio de 2009, a Companhia apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual duas empresas (Companhia e CTEEP) cabia a responsabilidade pelo pagamento.

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a Companhia apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a Companhia apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela Companhia.

Em 28 de abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspeição do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela Companhia. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a Companhia tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a Companhia e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela Companhia em 10 de agosto 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.

Em dezembro de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância julgando antecipadamente a liquidação por artigos, atribuindo à Companhia a responsabilidade pelo pagamento do saldo de correção monetária, referente ao contrato de financiamento ECF 1.046/1986, firmado com a Eletrobrás. Tal decisão não considerou a ordem para que fosse realizado o procedimento de liquidação da sentença com ampla produção de provas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), bem como desconsiderou o pedido de produção de provas apresentado pela Companhia.

Contra a decisão acima referida, em 7 de janeiro de 2013, a Companhia apresentou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pedindo a imediata suspensão da execução, bem como a posterior anulação da decisão, para que seja determinada a realização de ampla produção de provas, inclusive pericial.

Em 21 de janeiro de 2013, tornou-se pública a liminar concedida pelo Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ("Liminar"), acatando pedido preliminar do recurso interposto pela Companhia contra a decisão proferida em 12 de dezembro de 2012, pela 5ª Vara da Comarca do Rio de Janeiro. Com a concessão da Liminar, o procedimento de primeira instância ficou suspenso, aguardando o julgamento do recurso apresentado pela Companhia.

Em 7 de fevereiro de 2013, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu provimento integral ao recurso da Companhia, anulando integralmente a decisão de 1ª instância que atribuiu à Companhia a responsabilidade pelo pagamento do débito, confirmando sua decisão anterior que suspendeu os procedimentos da execução. Não houve a interposição de recursos pela Eletrobrás e pela CTEEP contra esta decisão.

O processo foi retomado em 1ª instância para que se pros siga com a análise das questões técnicas e jurídicas, assim como realização de perícia contábil. Em 20 de fevereiro de 2014, foi nomeado o perito judicial, tendo sido as partes intimadas a apresentar seus quesitos e indicação de assistente técnico, o que foi feito pela Companhia em março de 2014. Em 28 de março de 2014, a CTEEP indicou seu assistente técnico e apresentou seus quesitos a serem respondidos pelo perito judicial. Em 6 de setembro de 2014, o perito judicial apresentou petição aceitando a nomeação, assim como sua proposta de honorários (os quais deverão ser depositados pela Eletrobrás). Em 23 de outubro de 2014, considerando que todas as partes concordaram com a proposta de honorários do perito judicial, o juiz ordenou que fosse realizado o depósito do valor, a ser feito pela Eletrobrás em uma conta judicial, a fim de iniciar a perícia judicial. Em 24 de novembro de 2014, a Eletrobrás protocolou petição comprovando o depósito do valor dos honorários periciais. Em 27 de novembro 2014, o perito contábil retirou os autos. O início dos trabalhos do perito ocorreu em fevereiro de 2015.

Em 17 de setembro de 2015 foi divulgado laudo pericial contábil, que, apesar de reconhecer as premissas técnicas defendidas pela Companhia, emite opinião no sentido de que a responsabilidade pelo pagamento da diferença de correção do saldo do empréstimo teria ficado com a Companhia. Em relação ao laudo, a Companhia apresentou em 30 de setembro de 2015 seu parecer técnico, bem como submeteu novos questionamentos ao perito judicial. O juiz decidiu se o perito deverá responder os quesitos suplementares da Companhia. Na hipótese do perito determinar que o perito responda aos questionamentos suplementares, este tem a prerrogativa de alterar a conclusão do laudo anterior. Após essa etapa, o juiz, a seu critério, poderá designar audiência para questionamento de testemunhas, do próprio perito e dos respectivos assistentes técnicos das partes. Após a produção de todas as provas, o juiz deverá proferir decisão de mérito declarando a parte responsável pelo pagamento da dívida.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela Companhia, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado, uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

O escritório responsável mantém inalterada a avaliação de perda, que continua classificada como possível.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 1.787.659, atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.554.811 em 31 de dezembro de 2014).

(18.2.2) Enquadramento de consumidores - ação civil pública

O Ministério Público Federal e a Pro-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento na sub-classe baixa renda nas unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pro-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e em sendo alterada o teor da decisão que foi favorável à Companhia, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(18.2.3) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais

O Ministério Público Federal, em 5 de dezembro de 2003, instaurou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$ 553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 3 de julho de 2012 a Companhia apresentou recurso ao STJ e STF contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventual desembolso em caso de condenação da Companhia deverá ser requerido pelos usuários supostamente lesados.

(18.2.4) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal

O Ministério Público Federal, em 5 de dezembro de 2003, instaurou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$ 553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 3 de julho de 2012 a Companhia apresentou recurso ao STJ e STF contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventual desembolso em caso de condenação da Companhia deverá ser requerido pelos usuários supostamente lesados.

(18.2.5) Autuações PCLD - provisão para créditos de liquidação duvidosa

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 4 de maio de 2000 - AI nº 015/TN170 e em 5 de abril de 2001 - AI 027/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A Companhia propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações, sendo ambas julgadas improcedentes. Contra tais decisões de primeira instância foram apresentados os recursos cabíveis e com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessas autuações monta em R\$ 63.444 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 55.408 em 31 de dezembro de 2014).

AI nº 015/TN170:

Em 21 de julho de 2012 sobreveio decisão desfavorável ao recurso interposto pela Companhia no mandato de segurança, sendo proposto um novo recurso em 21 de agosto de 2012, o qual teve provimento negado. Em 23 de agosto de 2013, a Companhia apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 10 de setembro de 2013, a Companhia ajuizou duas Medidas Cautelares, com pedido de liminar, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), visando suspender o processo e a exigibilidade da multa imposta pela ANEEL até julgamento final dos recursos pelo STJ e pelo STF. Em 17 de setembro de 2013, o TRF1 concedeu o efeito suspensivo requerido pela Companhia. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 15.327 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 13.386 em 31 de dezembro de 2014).

AI 027/TN0336/1:

Em 27 de agosto de 2013, o recurso da Companhia, apresentado contra a sentença desfavorável de 1ª instância de fevereiro de 2002, foi provido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), cancelando a multa imposta pela ANEEL. Contra a decisão favorável à Companhia, a ANEEL apresentou recurso no TRF1 endereçado ao STJ. Aguarda-se julgamento de admissibilidade do recurso no TRF1. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 48.117 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 42.022 em 31 de dezembro de 2014).

(18.2.6) Ação popular - Maruzan Conrado

Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a Companhia, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de dívida celebrado entre os coréus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. Em 8 de abril de 2014, foi proferida sentença favorável à Companhia, julgando a ação improcedente e reconhecendo não ter havido nenhuma irregularidade na celebração do termo de confissão e parcelamento da dívida entre a Companhia e a Prefeitura de Taboão da Serra em 2004. A sentença de mérito foi submetida ao recurso necessário e no dia 2 de dezembro de 2015 foi realizada sessão de julgamento na qual restou mantida a sentença favorável à Companhia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 34.341 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$28.648 em 31 de dezembro de 2014).

(18.2.7) Ecovias - uso do solo

Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A, ajuizou demanda judicial contra a Companhia visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes. A Ecovias teve seu pleito provido parcialmente no STJ em 16 de março de 2012, e contra tal decisão a Companhia já apresentou seu recurso em 22 de março de 2012. Em abril de 2012 a ABRADÉE requereu seu ingresso no processo como parte interessada. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(18.2.8) Ação civil pública - City Boaçava

A Sociedade Amigos do Bairro City Boaçava moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirutuba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da Companhia. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Em 3 de março de 2011, por conta de um requerimento apresentado pela Companhia, o Superior Tribunal Federal suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Em junho de 2011 a ANEEL requereu seu ingresso no processo na qualidade de "amicus curiae". Em setembro de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a matéria discutida no recurso apresentado pela Companhia é de "Repercução Geral", pelo que o ministro relator do caso no STF convocou audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com autoridade e experiência sobre o tema relativo ao campo eletromagnético de linhas de transmissão de energia elétrica. A Audiência Pública foi realizada nos dias 6, 7 e 8 de março de 2013, sendo que 21 participantes prestaram esclarecimentos ao STF sobre diversos assuntos relacionados ao caso. Em 29 de julho de 2014, o Ministério Público Federal apresentou no STF o seu parecer opinando pelo provimento do recurso da Companhia, já que os campos eletromagnéticos gerados pelas linhas de transmissão estão em conformidade com a legislação brasileira e com os limites internacionais recomendados pela Organização Mundial da Saúde (que adota diretrizes da ICNIRP). Aguarda-se o julgamento do recurso pelo Supremo Tribunal Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(18.2.9) Ação civil pública - ETD Panorama

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim moveu uma ação civil pública que visa impedir a construção da ETD Panorama. Após o deferimento de medida liminar determinando a paralisação das obras, a Companhia, por meio de recurso, obteve decisão determinando a continuidade das obras, o que, em dezembro de 2015, foi mantido em decisão transitada em julgado que negou seguimento ao Recurso Especial que seria julgado pelo STJ, tornando definitiva a ordem judicial que confere a possibilidade de construir a mencionada ETD. No mérito, a ação foi julgada improcedente e foram opostos embargos de declaração pela parte contrária, que também foram rejeitados. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela Sociedade. Diante da confirmação do indeferimento da liminar requerida pela

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

direito às reduções trazidas pela anistia. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$ 149.061 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 144.802 em 31 de dezembro de 2014).

(18.2.22) Ações Anulatórias - Multas de trânsito

A Companhia é atualmente autora de 16 Ações Anulatórias de Multas de Trânsito, ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente a suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) Rodízio Municipal de Veículos; (ii) Zona Máxima de Restrição de Circulação de caminhões; e (iii) Não Indicação de Condutor correlatas. O valor total em discussão nas ações anulatórias atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 68.616 (R\$ 51.894 em 31 de dezembro de 2014).

(18.2.23) COFINS - Multa de Ofício

Auto de infração lavrado para exigir crédito tributário relativo a COFINS (período de apuração compreendido entre abril de 1992 a março de 1993), acrescido de multa de ofício calculada no percentual de 100% e juros com base na SELIC. No exclusivo entendimento da Receita Federal do Brasil, a multa de ofício se justifica pelo fato dos créditos de COFINS terem sido recolhidos por meio da Anistia Fiscal instituída pela MP 2158/1999 (mencionada na nota explicativa nº 18.2.21) e não no prazo original do pagamento do tributo. Em 31 de outubro de 2011 foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável. A Companhia obteve decisão desfavorável em 1ª instância e parcialmente desfavorável em 2ª instância administrativa. Em janeiro de 2015 a Companhia foi intimada de decisão que negou seguimento ao recurso especial ao CARF. Assim, tornou-se definitiva a decisão que reduziu a multa de ofício de 100% para 75%, bem como excluiu a incidência da SELIC sobre tais valores. Como não há mais a possibilidade de recurso, o débito foi reduzido de R\$ 221.631 para R\$ 58.988. Em abril de 2015 foi ajuizada ação cautelar preparatória de execução fiscal para possibilitar a garantia do débito e a consequente suspensão da exigibilidade. O mérito do processo será discutido nos autos da futura execução fiscal a ser proposta pela Receita Federal. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 58.988 (R\$ 221.631 em 31 de dezembro de 2014).

(18.2.24) PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)

Em 8 de agosto de 2014, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em 8 de setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa, a qual se encontra pendente de julgamento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 126.582 (R\$ 116.031 em 31 de dezembro de 2014).

(18.2.25) Devolução Tarifária - Base blindada

Em 21 de novembro de 2012, foi aberto processo para que fossem examinados determinados ativos pertencentes à base blindada da Base de Remuneração Regulatória da Companhia e eventual sobreavaliação de ativos e possível devolução de valores cobrados em excesso de consumidores. Em 18 de fevereiro de 2013 foi nomeado o Diretor Relator para o referido processo. Em novembro de 2013, ANEEL notificou a Companhia para apresentação de manifestação referente ao referido processo específico para questão de saber se é devido o recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua terceira revisão tarifária periódica, para eventual desconto e restituição de parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (246.474,87 metros de Cabo Al. Nu. CAA 1272, MCM). A Companhia apresentou manifestação e, em 17 de dezembro de 2013, a Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, decidiu pelo recálculo das tarifas praticadas pela Companhia no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$ 626.052, devendo o mesmo ser corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da devolução, a qual será feita por meio de componente financeiro negativo, diferido em até 4 eventos tarifários, a partir de julho de 2014 ("Decisão").

Após a publicação da Decisão, que ocorreu no dia 27 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou pedido de reconsideração administrativo à ANEEL, requerendo ainda a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração apresentado fosse analisado pela ANEEL. Em 28 de janeiro de 2014, por meio de despacho, o Diretor Geral da ANEEL negou o pedido da Companhia para que fossem suspensos os efeitos da Decisão. Contra este ato, a Companhia interpôs, também em 28 de janeiro de 2014, perante a Justiça Federal de Brasília, um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração fosse julgado pela ANEEL. Em 29 de janeiro de 2014, foi deferida liminar em favor da Companhia suspendendo os efeitos da Decisão até que a ANEEL julgasse o pedido de reconsideração. Em 3 de fevereiro de 2014 foi nomeado o Diretor Relator do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia junto à ANEEL. Em 1º de julho de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria deliberou o pedido de reconsideração da Companhia sobre análise da procedência do recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua 3RTF (Processo nº 48500.006159/2012-75 - "Processo Específico"), para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente e decidiu pela manutenção da decisão tomada em dezembro de 2013.

Em 3 de julho de 2014 a ANEEL, mediante o Despacho ANEEL nº 2.176/2014, decidiu pela devolução de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$ 325.543 gerando um impacto de -3,30% no reajuste total de 2014. Na mesma data, a Companhia ingressou com o novo pedido de reconsideração, requerendo a revisão da decisão na parte em que não acolheu o pedido subsidiário de recálculo tarifário considerando o subdimensionamento de outros ativos de serviço existentes.

Ainda, em 3 de julho de 2014, a Companhia requereu ao Juízo do Mandado de Segurança a extensão da medida liminar que havia suspenso os efeitos da Decisão proferida em dezembro de 2013 até o julgamento definitivo do novo pedido de reconsideração realizado pela Companhia no processo administrativo nº 48500.006159/2012-75.

Em 9 de julho de 2014, o Juízo do Mandado de Segurança determinou a extensão da medida liminar deferida anteriormente até o julgamento final do novo pedido de reconsideração realizado pela Companhia no Processo nº 48500.006159/2012-75, restando desta forma suspensos os efeitos da decisão proferida pela ANEEL no dia 1º de julho de 2014.

Em 16 de julho de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, monocraticamente, negou conhecimento ao novo pedido de reconsideração protocolado pela Companhia em 3 de julho de 2014, sob o fundamento de que a discussão na esfera administrativa se encontrava exaurida.

Em 18 de julho de 2014, a Companhia interpôs recurso na ANEEL (agravo), alegando que o pedido de reconsideração deveria ser julgado pela Diretoria da ANEEL e que diante do fato do processo administrativo não estar concluído, a medida liminar obtida no Mandado de Segurança permanece surtindo seus efeitos.

Em 12 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL negou provimento ao recurso de agravo da Companhia, confirmando o encerramento da discussão da matéria na esfera administrativa.

Em 19 de agosto de 2014, a Companhia propôs perante a Justiça Federal de Brasília Ação Ordinária em face da ANEEL, com pedido de antecipação de tutela para sustar os efeitos do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, confirmado pelo Despacho ANEEL nº 2.176/2014. A tutela antecipada foi indeferida.

A Companhia interpôs recurso de Agravo de Instrumento ("Agravo") perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região ("TRF1"). Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuassem o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nºs 4.259/2013 e 2.176/2014 até o julgamento do mérito do recurso.

Em 25 de setembro de 2014, a ANEEL apresentou petição apontando dificuldades no cumprimento da medida liminar em razão da necessidade da observância de procedimento interno complexo e postulou a suspensão do cumprimento da decisão até o julgamento do Agravo.

Em 6 de outubro de 2014, o Desembargador Relator não revogou a liminar favorável à Companhia, porém suspendeu o cumprimento da liminar até o julgamento do Agravo no TRF1. Portanto, a liminar permanece vigente e apenas o seu cumprimento foi suspenso.

Em 13 de outubro de 2014, teve início o julgamento do Agravo, sendo proferido, inicialmente, voto favorável pelo Desembargador relator do Agravo e posteriormente o julgamento foi suspenso uma vez que o Desembargador revisor pediu vista dos autos. O julgamento prosseguirá com o voto do Desembargador revisor e mais um voto de outro Desembargador (o julgamento é realizado por três Desembargadores) em data ainda a ser definida.

Em 18 de dezembro de 2014, os efeitos da liminar foram restabelecidos pelo Desembargador relator do Agravo no TRF1.

Em 7 de janeiro de 2015, a ANEEL ajuizou perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) um pedido de Suspensão Liminar de Segurança (SLs) visando suspender a liminar em vigor, deferida pelo TRF1.

Em 8 de janeiro de 2015, a ANEEL publicou o novo índice de Reajuste Tarifário, que exclui o componente financeiro de -3,30 p.p.

Em 16 de janeiro de 2015, o Presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça indeferiu a liminar pleiteada pela ANEEL.

Em 10 de fevereiro de 2015, a ANEEL interpôs recurso contra a decisão do Presidente do STJ.

Em 13 de fevereiro de 2015, a Companhia apresentou suas contrarrazões.

Em 20 de maio de 2015, o STJ rejeitou o recurso interposto pela ANEEL que visava revogar a liminar em favor da Companhia.

A Companhia, fundamentada em avaliação jurídica preparada por seus assessores legais externos e com base na liminar vigente, classifica o risco de perda como possível nesta discussão e entende que tem bons argumentos para sustentar as suas posições na esfera judicial, sendo certo que buscará ver o seu direito garantido ativamente.

Baseada na análise jurídica do assunto e liminar vigente, conforme acima descrito, o passivo não foi constituído. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado da devolução tarifária em discussão é de R\$ 721.833.

Conforme Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.844, de 5 de janeiro de 2015, foi mantida a decisão judicial que determinou a exclusão da tarifa do componente financeiro negativo de 3,30%. O montante de R\$ 162.772, anteriormente restituído aos consumidores, foi revertido à Companhia por meio da Revisão Tarifária de 2015 (vide nota explicativa nº 33.4 (b.4)). Considerando a atualização pela variação do IGP-M no período, foi revertido o montante de R\$ 172.634, que está sendo recebido via faturamento no ciclo tarifário atual.

Desta forma, considerando o valor já restituído e ainda não recebido pela Companhia, o valor em discussão em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 635.516 (R\$ 489.277 em 31 de dezembro de 2014).

(18.2.26) Auto de Infração nº 1.014/2015

Em 8 de janeiro de 2015 a Companhia recebeu o Termo de Notificação (TN) nº 73/2014 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira ("SFFF"), através do qual a ANEEL alega que a Companhia teria descumprido o item 6.3.22 - "Provisões para Contingências, constante do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações posteriores.

O referido TN determinou, ainda, que a Companhia procedesse ao registro contábil em seus demonstrativos regulatórios do mês de dezembro de 2014, do montante do componente financeiro negativo de R\$ 626.052 e suas atualizações, correspondente à importância que a ANEEL, no âmbito administrativo, entendeu que deveria ser restituída aos consumidores da área de concessão da distribuidora (vide nota explicativa nº 18.2.25).

Para emitir as determinações mencionadas acima, a fiscalização utilizou como fundamento as normas contábeis acima apontadas e o entendimento exposto pela Procuradoria Federal da ANEEL nos Pareceres nº 622 e nº 623, ambos de 2013.

Em 23 de janeiro de 2015 a Companhia, tempestivamente, protocolou Manifestação ao Termo de Notificação nº 73/2014, esclarecendo os pontos a seguir:

- A Administração da Companhia, com base em opinião de seus assessores legais, avaliou a probabilidade de perda da discussão como "possível";
- Segundo as instruções do próprio Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, é a Administração da Companhia quem deve exercer seu julgamento com base em opinião de seus assessores legais e não com base na opinião da Procuradoria Federal da ANEEL;
- Ainda segundo as instruções do próprio Manual, os casos avaliados como de perda possível devem ser apenas divulgados em notas explicativas, não sendo aplicável o seu registro como passivo.

Tendo em vista os esclarecimentos acima, bem como seu entendimento quanto à correta aplicação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia solicitou o arquivamento do TN nº 73/2014, nos termos do artigo 20, §1º, da REN nº 63/2004.

Em 5 de maio de 2015 a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 1.014/2015-SFF emitido pela ANEEL no montante de R\$ 155.626, em função de seu entendimento de que a Companhia descumpriu o Termo de Notificação supracitado.

A Administração da Companhia mantém seu entendimento de que seguiu as regras estabelecidas pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSPEE, e, portanto, tomará todas as medidas cabíveis nas esferas administrativas e judiciais, se necessário, buscando o cancelamento do referido Auto de Infração.

Tendo em vista a avaliação de seus advogados quanto às chances de perda na discussão do Auto de Infração ser possível, nenhuma provisão foi constituída.

(18.2.27) Auto de Infração - Multa de ofício sobre compensações não homologadas

Em 23 de março de 2015, a Companhia foi intimada da lavratura de Auto de Infração, através do qual a Receita Federal do Brasil visa a cobrança de R\$ 15.025, atualizado até 31 de dezembro de 2015, relativos à multa isolada de 50% sobre o valor do crédito objeto de declarações de compensação não homologadas, com fundamento no artigo 74, § 17, da Lei nº 9.430/1996. Tais compensações foram realizadas com créditos decorrentes da decisão judicial transitada em julgado na Ação Judicial mencionada na nota explicativa nº 18.2.20. Em abril de 2015, foi apresentada manifestação de inconformidade a qual se encontra pendente de julgamento.

(18.2.28) Auto de Infração - Ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória

A Companhia propôs ação judicial contra a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica visando anular as Não-Conformidades N.13, N.20 e N.28, constantes no Auto de Infração nº 122/2012-SFF, em 19 de dezembro de 2012. O valor total das penalidades relacionadas às referidas não-conformidades é de R\$ 91.931. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória - Ativo Imobilizado em Serviço. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 124.835.

(18.2.29) Auto de Infração nº 0014/2015

A Companhia recebeu, em 22 de setembro de 2015, o Auto de Infração nº 0014/2015 - ARSESP-SFE - TN 0012/2015, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para o ano de 2014 (avaliação do processo de coleta de dado e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como pagamento das compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices), no montante de R\$ 35.887.

A Companhia manifestou-se tempestivamente sobre o AI em 5 de outubro de 2015. Em 5 de fevereiro de 2016, a diretoria da ARSESP deliberou em juízo de reconsideração pela revisão do valor da penalidade, reduzida para R\$ 31.522. A Companhia aguarda julgamento do recurso pela ANEEL.

(18.2.30) Termo de Notificação nº 0005/2015

A Companhia recebeu, em 12 de fevereiro de 2015, o Termo de Notificação 0005/2015-SFE-ARSESP, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para o ano de 2013 (avaliação do processo de coleta de dado e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como pagamento das compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices). A Companhia manifestou-se tempestivamente sobre o TN em 10 de abril de 2015. A Companhia recebeu em 8 de janeiro de 2016 o Auto de Infração nº 001/2016 no montante de R\$ 45.729, manifestando-se tempestivamente sobre o mesmo em 27 de janeiro de 2016. A Companhia aguarda pela análise do recurso apresentado.

Cartas de fiança, seguros garantia e caução

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	40	1.621.867	0,35% a 2,75%
Cível	34	271.249	0,35% a 6,33%
Trabalhista	53	104.303	0,35% a 2,75%

19. Encargos tarifários e do consumidor a recolher

	2015	2014
CIRCULANTE		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (i)	482.102	60.150
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (ii)	208.341	-
Outros encargos	61	102
Total	690.504	60.252
(i) De acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015, foram definidas novas quotas para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE devidas pelas concessionárias de distribuição de energia para o ano de 2015.		
(ii) Do total de R\$ 208.341, o montante de R\$ 1.978 refere-se à competência de novembro de 2015, liquidado no dia 8 de janeiro de 2016. O saldo remanescente de R\$ 206.363 refere-se ao montante faturado e não faturado da competência de dezembro de 2015. Para maiores detalhes sobre as bandeiras tarifárias, vide nota explicativa nº 25.		

20. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	2015	2014
CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	22.318	26.142
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	3.706	1.531
Ministério de Minas e Energia	1.853	765
Eficiência energética	29.763	11.841
Total	57.640	40.279
NÃO CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	32.295	15.690
Eficiência energética	-	41
Total	32.295	15.731
Total do circulante + não circulante	89.935	56.010

A movimentação de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética é como segue:

	Pesquisa e desenvolvimento	Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	Ministério de Minas e Energia	Eficiência energética	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	42.213	1.413	706	12.305	56.637
Provisões	18.611	-	9.305	46.489	93.016
Pagamentos	-	(18.493)	(9.246)	(27.739)	(70.849)
Aplicações	(23.280)	-	(47.569)	(70.849)	(142.508)
Atualização monetária	4.288	-	657	4.945	10.490
Saldo em 31 de dezembro de 2014	41.832	1.531	765	11.882	56.010
Provisões	25.725	25.725	12.862	64.311	128.623
Pagamentos	-	(23.550)	(11.774)	-	(35.324)
Aplicações	(18.409)	-	-	(47.510)	(65.919)
Atualização monetária	5.465	-	-	1.080	6.545
Saldo em 31 de dezembro de 2015	54.613	3.706	1.853	29.763	89.935

21. Outras obrigações

	2015	2014
CIRCULANTE		
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	44.433	41.280
Devolução - Diferença alíquota ICMS - Condomínios (*)	2.477	28.881
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	73.245	65.200
Empréstimo compulsório Eletrobrás	1.330	966
Recebimento em duplicidade de clientes	17.796	17.724
Programa Baixa Renda	3.833	3.834
Subsídios Eletrobrás - Diferença de repasse	-	3.170
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.198	1.327
PIS/COFINS - Diferença de alíquota	17.089	11.824
Credores diversos	16.419	11.747
Ajuste de Faturas - Consumidores	22.064	20.298
Bônus Itaipu	3.628	3.634
DIC/FIC/DMIC/DICRI - Indicadores DEC e FEC - nota explicativa nº 18.1 (d.4)	59.430	-
Outras	8.527	20.995
Total	271.469	230.880
NÃO CIRCULANTE		
Adiantamento relacionado à venda de bens	2.940	2.940
Outras	5.379	8.102
Total	8.319	11.042

(*) ICMS arrecadado a maior a ser devolvido aos clientes na forma de crédito nas faturas de energia, por força de reequadramento de unidades consumidoras na classe comercial de áreas coletivas de conjuntos de prédios residenciais (condomínios), com consequente alteração da cobrança da alíquota de ICMS de 25% para 18%. O montante de R\$ 2.477 contempla além da diferença de alíquota de ICMS, devolução de tarifa de energia elétrica e PIS/COFINS. Cabe ressaltar que o valor do ICMS arrecadado a maior foi repassado ao Estado de São Paulo, o que gerou para a Companhia um saldo de ICMS a recuperar sobre a cobrança efetuada a maior (vide nota explicativa nº 6).

22. Patrimônio líquido

22.1 Capital social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não houve emissão ou resgate de ações.

22.2 Composição acionária

	2015	2014		
	Ordinárias	Ordinárias		
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas:				
AES Elpa S.A.	51.825.798	77,81	51.825.798	77,81
BNDESPar	1	-	1	-
União Federal	13.342.384	20,03	13.342.384	20,03
Outros	1.436.634	2,16	1.436.634	2,16
Total das ações	66.604.817	100,00	66.604.817	100,00

	2015	2014		
	Preferenciais	Preferenciais		
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas:				
BNDESPar	568.976	0,56	568.976	0,56
Companhia Brasileira de Energia	-	-	7.434.410	7,38
Brasiliiana Participações S.A.	7.434.410	7,38	-	-
Outros	92.735.684	92,06	92.735.684	92,06
Total das ações	100.739.070	100,00	100.739.070	100,00

Em 26 de outubro de 2015, os acionistas da Companhia Brasileira de Energia aprovaram a sua cisão parcial que, após a verificação de todas as condições suspensivas para cisão em 31 de dezembro de 2015, resultou na transferência das ações de emissão da Companhia para a Brasileira Participações S.A., uma sociedade anônima cujo capital é detido pela AES Holdings Brasil e pela BNDESPAR, na mesma proporção que detinham do capital da Companhia Brasileira de Energia.

22.3 Ajuste de avaliação patrimonial/outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2015 os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes eram compostos pela mais-valia dos ativos registrados em 1998 e 2007 e por perdas e ganhos atuariais do plano de pensão, respectivamente.

O saldo do ajuste de avaliação patrimonial (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado com a mais-valia dos ativos é de R\$ 1.123.597 (R\$ 1.196.302

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Bandeiras tarifárias

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, os valores adicionados à tarifa de energia pelas bandeiras amarela e vermelha foram de R\$ 15,00/MWh e R\$ 30,00/MWh, respectivamente. A partir de 2 de março de 2015, os valores adicionados passaram a ser de R\$ 25,00/MWh e de R\$ 55,00/MWh, respectivamente. A partir de 1º de setembro de 2015, foram alterados os valores adicionados pela vigência da bandeira vermelha, passando a ser de R\$ 45,00/MWh.

A bandeira tarifária vermelha foi vigente durante todo o ano de 2015, quando a Companhia registrou os seguintes montantes:

Competência	Bandeiras tarifárias				
	Valores faturados	Valores não faturados	Repasse à CCRBT	Recebimento da CCRBT	Valor de cobertura de custos da Companhia
Janeiro/2015	43.820	-	(21.753)	-	22.067
Fevereiro/2015	91.744	-	(37.674)	-	54.070
Março/2015	122.508	-	(29.885)	-	92.623
Abril/2015	170.548	-	(33.786)	-	136.762
Maio/2015	165.688	-	(118.027)	-	47.661
Junho/2015	153.506	-	(37.597)	-	115.909
Julho/2015	159.906	-	(27.717)	-	132.189
Agosto/2015	162.308	-	(27.049)	-	135.259
Setembro/2015	145.333	-	(20.464)	-	124.869
Outubro/2015	137.301	-	-	33.304	170.605
Novembro/2015	135.038	-	(1.977)	-	133.061
Dezembro/2015 (*)	137.050	69.312	-	-	14.329
Total	1.624.750	69.312	(355.929)	33.304	1.165.075

Para a competência de dezembro, a Companhia não efetuou estimativa dos custos a serem cobertos pela CCRBT por não possuir histórico de repasses.

Para as competências de janeiro a março, o custo descoberto acumulado das bandeiras tarifárias foi de R\$ 13.870, já considerando o montante de R\$ 127.349 homologado na Revisão Tarifária de 2015. Na competência de agosto, os custos descobertos acumulados no exercício de 2015 foram zerados pelas bandeiras tarifárias.

Competência	Custo total	Custo coberto pelas Bandeiras Tarifárias	Saldo coberto na Revisão Tarifária	Saldo a ser coberto pelas Bandeiras
Janeiro a Março/2015	(309.979)	168.760	127.349	(13.870)
Abril/2015	(140.177)	136.762	-	(3.415)
Maio/2015	(65.842)	47.661	-	(18.181)
Junho/2015	(182.053)	115.909	-	(66.144)
Julho/2015	(96.082)	132.189	-	36.107
Agosto/2015	(69.756)	135.259	-	65.503
Setembro/2015	(124.869)	124.869	-	-
Outubro/2015	(103.249)	170.605	-	67.356
Novembro/2015	(118.732)	133.061	-	14.329
Total	(1.210.739)	1.165.075	127.349	81.685

Para as competências de outubro e novembro de 2015, a Companhia reteve os superávits da CCRBT no montante de R\$ 81.685. Este montante deverá ser devolvido no processo tarifário subsequente ou será considerado para apurar o déficit em meses deficitários. Este superávit retido pela Companhia refere-se principalmente à cobertura de ESS e está contabilizado como dedução do "ativo financeiro setorial, líquido" - nota explicativa nº 34.

Caso ocorram custos não cobertos pelas bandeiras tarifárias no ciclo atual, estes serão zerados após seu reconhecimento no processo de reajuste tarifário subsequente.

26. Custo do serviço de energia elétrica

	MWh		R\$	
	2015	2014	2015	2014
Energia elétrica comprada para revenda:				
Itaipu	9.250.312	9.586.846	(2.595.389)	(1.278.850)
ANGRA 1 e 2	1.674.856	1.668.105	(273.260)	(252.867)
Contrato bilateral - AES Tietê - nota explicativa nº 31	11.107.680	11.107.680	(2.355.172)	(2.233.613)
Contrato bilateral - outros	-	-	-	(66)
Compra - CCEE	-	1.848.933	-	(1.301.525)
Compra - CCEAR	13.030.549	11.526.803	(3.183.081)	(3.426.326)
Quotas de garantia física	8.739.931	8.369.220	(239.757)	(213.831)
Risco hidrológico	-	-	(842.075)	(601.795)
(-) Repasse CDE - Custo de energia	-	-	-	111.146
(-) Repasse CONTA-ACR - Custo de energia	-	-	-	1.185.748
(-) Ressarcimento - leilões de energia	-	-	83.327	184.273
ICMS sobre perdas comerciais	-	-	-	4.752
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	881.259	610.798
Subtotal	43.803.328	44.107.587	(8.524.148)	(7.212.156)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	942.911	969.043	(236.801)	(271.673)
Total	44.746.239	45.076.630	(8.760.949)	(7.483.829)

Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:

	2015	2014
Uso da rede básica	(627.898)	(556.806)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(609.979)	(242.263)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	91.551
(-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER (i)	116.575	373.034
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(46.617)	(34.584)
Operador Nacional do Sistema - ONS	(24.441)	(23.787)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(6.448)	(7.587)
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(36.729)	(32.015)
(-) Créditos de PIS/COFINS	112.026	36.374
Total	(1.123.511)	(396.083)

(I) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER

A Resolução Normativa nº 613, de 20 de maio de 2014 definiu que os recursos financeiros da CONER deverão ser destinados à restituição, aos usuários de energia de reserva, dos montantes financeiros excedentes da CONER, quando existirem. A restituição se dará por meio de crédito aos usuários nas liquidações financeiras pela CCEE.

Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termoeletrificadas, durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo do ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, diversas associações - ABRACEEL, APINE, ABRAGEL, ABRAGET, ÚNICA e ABEEOLICA - conseguiram liminares excluindo seus associados do rateio deste custo, isentando-os do pagamento. Em decorrência da disputa judicial, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica efetuou as liquidações financeiras, atribuindo o referido custo para a categoria consumo, dentre elas, as distribuidoras.

Em 31 de dezembro de 2015, a liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 3. Desta forma a Companhia reconhece o custo de ESS energético de acordo com as liquidações financeiras da CCEE.

27. Pessoal e administradores

	2015	2014
Pessoal:		
Remunerações	(336.996)	(284.868)
Assistência médica e odontológica	(73.330)	(67.123)
Auxílio alimentação e refeição	(64.164)	(69.656)
Outros benefícios	(14.972)	(13.417)
Educação e treinamento	(4.403)	(3.612)
Participação nos lucros e resultados	(71.829)	(81.300)
Encargos sociais	(121.968)	(153.315)
Outros	(77)	(267)
Administradores	(5.449)	(5.197)
Total	(693.188)	(678.759)

28. Outros custos

	Reclassificado	
	2015	2014
Ganhos na alienação de bens e direitos	2.674	171.969
Arrendamentos e alugueis	(23.171)	(26.448)
Seguros	(3.788)	(3.490)
Tributos	(33.834)	(33.409)
Doações, contribuições e subvenções	(3.558)	(2.491)
Tarifa bancária	(46.966)	(43.644)
Publicidade	(2.675)	(6.922)
Responsabilidade social	(3.249)	(3.207)
Perdas na desativação de bens e direitos	(41.797)	(33.483)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(14.928)	(20.952)
Baixa do ativo financeiro da concessão	(11.839)	(16.873)
Taxa de administração do plano - Funcesp	(9.799)	(9.235)
Créditos de PIS/COFINS	1.157	1.310
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	(77.439)	(18.245)
DIC/FIC/DMIC/DICRI - Indicadores DEC e FEC - nota explicativa nº 18.1 (d.4)	(48.400)	-
Recuperação de despesas	7.944	9.127
Penalidades - devoluções a consumidores	(4.471)	-
Outros	(30.518)	(21.066)
Total	(344.657)	(57.559)

(*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

29. Resultado financeiro

	Reclassificado	
	2015	2014
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	68.487	75.594
Multas sobre contas de energia elétrica em atraso	106.237	65.936
Atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso	88.516	50.608
Multas contratuais	6.243	5.197
Subvenções governamentais	2.478	1.853
Atualização de créditos tributários	624	981
Atualização monetária dos depósitos judiciais	35.019	31.352
Receita financeira da alienação de imóvel	186	15.018
Atualização monetária de ativos financeiros setoriais	126.758	-
REFIS - Imposto de Renda - nota explicativa nº 18.1 (f)	5.994	-
Precatórios judiciais - juros e atualização monetária - nota explicativa nº 5	19.797	-
Outras receitas financeiras	9.204	26.872
Subtotal	469.543	273.411
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures em moeda nacional	(509.180)	(380.176)
Subvenções governamentais	(2.478)	(1.853)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética - nota explicativa nº 20	(6.545)	(4.945)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso (*)	11.907	3.621
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(619)	(3.681)
Postergação de pagamento - Contrato bilateral AES Tietê - nota explicativa nº 31	(12.256)	-
Cartas de fiança e seguros garantia	(38.107)	(22.705)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(41.813)	(38.600)
Atualização monetária - Energia livre	(9.783)	(7.252)
Atualização monetária de tributos	(18.592)	(1.727)
Atualização monetária - Indicadores DEC e FEC - nota explicativa nº 18.1 (d.4)	(11.030)	-
Outras despesas financeiras	(24.551)	(29.319)
Subtotal	(663.047)	(486.637)
Variações cambiais, líquidas		
Itaipu	(121.723)	(26.018)
Outras variações cambiais	1.322	347
Subtotal	(120.401)	(25.671)
Total do resultado financeiro	(313.905)	(238.897)

(*) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 16% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (13% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), sobre os ativos intangíveis qualificáveis.

30. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indutíveis e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (vide nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL

a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(74.994)	(28.268)	(61.917)	(23.791)
Diferidos	33.401	12.024	110.541	39.795
Total	(41.593)	(16.244)	48.624	16.004
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	158.973	158.973	(196.375)	(196.375)
Adições (exclusões):				
Doações	3.408	3.408	3.741	3.741
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	3.705	3.705	3.034	3.034
Benefício fiscal P&D - pesquisa e desenvolvimento	(7.731)	(7.731)	(9.807)	(9.807)
Perdas de capital - baixa de imobilizado	27.381	27.381	17.990	17.990
Multas indutíveis	1.246	1.246	1.203	1.203
Benefício fiscal - Lei nº 11.941 - REFIS - nota explicativa nº 18.1 (f)	(5.995)	(5.995)	-	-
Outros	1.997	1.997	1.803	1.803
Total das adições (exclusões)	24.012	24.012	17.964	17.964
Base de cálculo	182.985	182.985	(178.411)	(178.411)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Recita (Despesa) com tributos às alíquotas nominais	(45.746)	(16.469)	44.603	16.057
Incentivos	4.472	-	4.340	-
Compensação de base de cálculo	24	-	24	-
Ajuste IRPJ/CSLL - exercícios anteriores	(1.278)	(118)	(499)	(110)
Ajuste IRPJ/CSLL - Exclusão P&D	935	343	156	57
Total da recita (despesa) com tributos	(41.593)	(16.244)	48.624	16.004
Alíquota efetiva	26,2%	10,2%	24,8%	8,1%

Desde 1º de janeiro de 2015 a Companhia vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS aplicando os preceitos da Lei nº 12.783/2014 e Instruções Normativas RFB nºs 1.515 de 24 de novembro de 2014 e 1.556 de 31 de março de 2015.

31. Partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela AES Elpa S.A., e indiretamente pela Brasiliana Participações S.A., a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da The AES Corporation. A Brasiliana Participações S.A. é uma sociedade por ações, de capital fechado e tem por objetivo exercer o controle, além do controle indireto da Companhia, das seguintes empresas operacionais: AES Uruguiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda., mediante participação direta no capital dessas sociedades.

31.1 Partes relacionadas:

	2015	2014
Ativo		
Outros créditos:		
AES Tietê Energia S.A. (iii)	-	218
AES Sul - outros créditos	2.759	2.759
AES Serviços TC Ltda. - Recuperação de despesas - Aluguel de lojas	390	-
AES Sul - sublocação (v)	11	14
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (v)	16	16
AES Tietê Energia S.A. - sublocação (v)	-	95
AES Brasil - sublocação (v)	24	-
Total	3.200	3.102

	2015	2014
Devedores diversos:		
AES Serviços TC Ltda. - Atendimento lojas (vii)	-	362
Total do ativo com partes relacionadas	-	362
	3.200	3.464

	2015	2014
Passivo		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

33.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa nº 5);
- Contas a receber - acordos (nota explicativa nº 8);
- Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 18);
- Ativo financeiro da concessão (nota explicativa nº 11);
- Ativo financeiro setorial, líquido (nota explicativa nº 34);
- Fornecedores (nota explicativa nº 13);
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 15);
- Subvenções governamentais;
- Encargos tarifários e do consumidor a recolher (nota explicativa nº 19); e
- Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

33.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	2015		2014		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa	146.621	146.621	181.260	181.260	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	384.557	384.557	727.891	727.891	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.556.625	2.556.625	1.723.776	1.723.776	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	98.967	98.967	119.811	119.811	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	443.126	443.126	445.283	445.283	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	2.004.798	2.004.798	1.980.753	1.980.753	Ativos financeiros disponíveis para venda
Ativo financeiro setorial, líquido	1.340.900	1.340.900	270.506	270.506	Empréstimos e recebíveis
Total	6.975.594	6.975.594	5.449.280	5.449.280	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	1.926.785	1.926.785	1.561.434	1.561.434	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	3.602.542	3.531.065	3.071.892	3.072.351	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	10.535	10.535	13.013	13.013	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	690.504	690.504	60.252	60.252	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	42.730	42.730	3.858	3.858	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	6.273.096	6.201.619	4.710.449	4.710.908	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro da concessão, a Companhia mensura o valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso ocorra uma mudança no WACC Regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia concluiu que não há diferenças entre essas taxas.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgar-las com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

33.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	2015			2014				
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Caixa e equivalentes de caixa	146.621	146.621	-	-	181.260	120.834	60.426	
Investimentos de curto prazo	384.557	-	384.557	-	727.891	-	727.891	
Ativo financeiro da concessão	2.004.798	-	2.004.798	-	1.980.753	-	1.980.753	
Total	2.535.976	146.621	2.389.355	-	2.889.904	120.834	2.769.070	

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

33.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A eficácia dos controles chaves implementados pela Companhia para garantir a exatidão das demonstrações contábeis é testada anualmente. Em caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e investigativa. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, o terceiro os controles de segurança da informação e o quarto a investigação de possíveis fraudes e irregularidades, todos em conformidade com a Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da The AES Corporation, pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e o plano de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados ao Conselho de Administração e Fiscal periodicamente.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuarem o pagamento das faturas.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco rating inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira receptora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2015 é:

	2015
Caixa e equivalentes de caixa	146.621
Investimentos de curto prazo	384.557
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.556.625
Contas a receber - acordos	98.967
Total da exposição	3.186.770

(b.2) Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de "empréstimos e financiamentos" e "debêntures" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.926.785	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	16.323	91.215	237.992	357.231	23.199
Debêntures	233.244	823.729	893.929	2.037.201	426.555
Arrendamento financeiro	3.195	8.156	8.352	15.635	7.843
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	690.504	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	645	42.085	-	-	-
Total	2.870.696	965.185	1.140.273	2.410.067	457.597

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2015.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	2015	2014
Empréstimos e financiamentos	513.238	525.751
Debêntures	3.046.123	2.534.171
Arrendamento financeiro	43.181	11.970
Caixa e equivalentes de caixa	(146.621)	(181.260)
Investimentos de curto prazo	(384.557)	(727.891)
Dívida líquida	3.071.364	2.162.741
Patrimônio líquido	2.839.145	2.567.808
Dívida líquida/Patrimônio líquido	108,18%	84,23%

Do endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2015, 20,2% era de curto prazo (19,3% em 31 de dezembro de 2014) e o prazo médio era de 4,5 anos (5,4 anos em 31 de dezembro de 2014).

Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do CDI, SELIC e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2015 é:

	2015
Investimentos de curto prazo	384.557
Empréstimos e financiamentos	(446.386)
Debêntures	(3.081.068)
Total da exposição líquida	(3.142.897)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, SELIC e TJLP e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2015, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, SELIC e TJLP para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2015, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.12.2015	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			7,69%	11,54%	15,38%	19,23%	23,07%
Investimentos de curto prazo	CDI	384.557	29.572	44.378	59.145	73.950	88.717
Subtotal		384.557	29.572	44.378	59.145	73.950	88.717

Dívidas	Taxa de juros	Posição em 31.12.2015	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI/SELIC			7,69%	11,54%	15,38%	19,23%	23,07%
Debêntures - 9ª Emissão	CDI + 1,12% a.a.	(184.297)	(16.395)	(23.570)	(30.726)	(37.901)	(45.058)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI + 1,75% a.a.	(204.928)	(19.621)	(27.649)	(35.656)	(43.684)	(51.690)
Debêntures - 13ª Emissão	CDI + 1,50% a.a.	(282.299)	(26.269)	(37.300)	(48.303)	(59.335)	(70.338)
Debêntures - 14ª Emissão	CDI + 1,50% a.a.	(607.757)	(56.554)	(80.304)	(103.991)	(127.741)	(151.429)
Debêntures - 15ª Emissão	CDI + 1,24% a.a.	(774.486)	(69.900)	(100.088)	(130.197)	(160.384)	(190.493)
Debêntures - 16ª Emissão	CDI + 2,40% a.a.	(193.919)	(19.924)	(27.569)	(35.195)	(42.840)	(50.465)
Debêntures - 17ª Emissão (2ª série)	CDI + 1,90% a.a.	(96.519)	(9.397)	(13.184)	(16.961)	(20.747)	(24.524)
Debêntures - 18ª Emissão (1ª série)	CDI + 2,85% a.a.	(206.991)	(22.271)	(30.467)	(38.642)	(46.838)	(55.013)
Debêntures - 18ª Emissão (2ª série)	CDI + 2,85% a.a.	(206.991)	(22.271)	(30.467)	(38.642)	(46.838)	(55.013)
Debêntures - 19ª Emissão	CDI + 2,95% a.a.	(322.881)	(35.087)	(47.885)	(60.649)	(73.447)	(86.211)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	CDI + 1,50% a.a.	(302.463)	(28.145)	(39.965)	(51.754)	(63.573)	(75.362)
FINEM - Subcrédito B	SELIC + 4,22% a.a.	(62.651)	(7.665)	(10.179)	(12.686)	(15.200)	(17.707)
FINEM - Subcrédito E	SELIC + 3,20% a.a.	(23.109)	(2.753)	(3.492)	(4.407)	(5.326)	(6.241)
TJLP			3,50%	5,25%	7,00%	8,75%	10,50%
FINEM - Subcrédito A	TJLP + 4,22% a.a.	(58.163)	(4.576)	(6.637)	(8.698)	(10.759)	(12.819)
Subtotal		(3.527.454)	(340.648)	(477.756)	(614.507)	(751.163)	(888.363)
Total da exposição líquida		(3.142.897)	(311.076)	(433.378)	(555.362)	(677.663)	(799.646)

Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo financeiro setorial, líquido).

Risco de preço

Revisão Tarifária Extraordinária de 2015

A ANEEL, em reunião pública da sua Diretoria ocorrida em 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) a ser aplicada a partir de 2 de março de 2015 às distribuidoras de energia elétrica, em função do distanciamento entre os custos efetivos com compra de energia e as contribuições para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e as respectivas coberturas tarifárias. Dessa forma, a ANEEL aprovou uma RTE para a Companhia com efeito médio para o consumidor de 32%.

Revisão Tarifária Periódica de 2015

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 30 de junho de 2015, aprovou um índice final de revisão tarifária periódica da Companhia de 15,23% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor sem considerar bandeiras tarifárias e impostos), que foi aplicado na tarifa a partir de 4 de julho de 2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

34. Ativo financeiro setorial, líquido

A Companhia aplicou prospectivamente a OCPC 08 - Reconhecimento de determinados ativos e/ou passivos das distribuidoras de energia elétrica - a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Segue abaixo a composição do saldo do ativo financeiro setorial líquido e a composição por ciclo tarifário:

	2015			2014				
	Ativo	Passivo	Ativo líquido apresentado no Balanço Patrimonial	Itens em amortização 04.07.2014 até 03.07.2015	Itens em constituição 04.07.2015 até 03.07.2016	Ativo	Passivo	Ativo líquido apresentado no Balanço Patrimonial
CIRCULANTE								
Itens da Parcela A:								
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	689.908	–	689.908	304.635	385.273	24.121	(40)	24.081
Conta de Consumo de Combustível - CCC	–	–	–	–	–	99	–	99
Energia Itaipu - custo/variação cambial	630.070	(595)	629.475	116.585	512.890	24.358	(52.079)	(27.721)
Encargos do serviço do sistema - ESS	17.424	(259.467)	(242.043)	(259.467)	17.424	–	(287.261)	(287.261)
Transporte de energia - Itaipu	5.747	–	5.747	4.311	1.436	905	(27)	878
Transporte de energia pela rede básica	24.909	–	24.909	16.599	8.310	27.573	–	27.573
Compra de energia elétrica	732.834	(108.646)	624.188	732.834	(108.646)	855.054	–	855.054
Proinfa	209	(5.980)	(5.771)	(5.678)	(93)	5.761	–	5.761
Total dos itens da Parcela A	2.101.101	(374.688)	1.726.413	909.819	816.594	937.871	(339.407)	598.464
Outros componentes financeiros da tarifa:								
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	–	–	–	–	–	78.707	–	78.707
Efeito Neutralidade	61.237	–	61.237	10.042	51.195	2.439	(5.024)	(2.585)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	–	(255.112)	(255.112)	(210.994)	(44.118)	5.107	(292.216)	(287.109)
Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015	–	(615.636)	(615.636)	(278.818)	(336.818)	–	–	–
Revisão Tarifária - Fator X6	–	–	–	–	–	–	–	–
Postergação Revisão Tarifária 2011	–	–	–	–	–	–	(55.366)	(55.366)
Revisão Tarifária - Universalização	–	–	–	–	–	–	(201.328)	(201.328)
Fator Xq - Devolução tarifária - nota explicativa nº 18.1 (d.4)	–	(58.100)	(58.100)	–	(58.100)	–	(2.220)	(2.220)
Outros componentes financeiros	32.719	(49)	32.670	16.451	16.219	21.079	(8.702)	12.377
Total dos outros componentes financeiros da tarifa	93.956	(928.897)	(834.941)	(463.319)	(371.622)	107.332	(564.856)	(457.524)
Total do circulante	2.195.057	(1.303.585)	891.472	446.500	444.972	1.045.203	(904.263)	140.940
NÃO CIRCULANTE								
Itens da Parcela A:								
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	385.273	–	385.273	–	385.273	14.439	–	14.439
Transporte de energia pela rede básica	8.310	–	8.310	–	8.310	9.941	–	9.941
Encargos do serviço do sistema - ESS	17.424	–	17.424	–	17.424	–	(219.172)	(219.172)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	512.890	–	512.890	–	512.890	17.218	(37.432)	(20.214)
Compra de energia elétrica	–	(103.080)	(103.080)	–	(103.080)	612.281	–	612.281
Proinfa	1.436	(93)	(93)	–	(93)	86	–	86
Transporte de energia - Itaipu	1.436	–	1.436	–	1.436	902	–	902
Total dos itens da Parcela A	925.333	(103.173)	822.160	–	822.160	654.867	(256.604)	398.263
Outros componentes financeiros da tarifa:								
Efeito Neutralidade	51.195	–	51.195	–	51.195	2.439	–	2.439
Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015	–	(336.818)	(336.818)	–	(336.818)	–	–	–
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	–	(15.700)	(15.700)	28.418	(44.118)	–	(292.215)	(292.215)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP (*)	–	(87.629)	(87.629)	–	(87.629)	–	–	–
Outros componentes financeiros	16.220	–	16.220	–	16.220	21.079	–	21.079
Total dos outros componentes financeiros da tarifa	67.415	(440.147)	(372.732)	28.418	(401.150)	23.518	(292.215)	(268.697)
Total do não circulante	992.748	(543.320)	449.428	28.418	421.010	678.385	(548.819)	129.566
TOTAL	3.187.805	(1.846.905)	1.340.900	474.918	865.982	1.723.588	(1.453.082)	270.506

(*) A Resolução Normativa nº 660, de 28 de abril de 2015, aprovou nova versão para o Submódulo 2.1 - Procedimentos Gerais do Proret, incluindo o item 3.4 - Ultrapassagem de demanda e excedente de reativo. O item 3.4 define que "A partir da segunda revisão posterior ao 3CRTP, os valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos devem ser subtraídos da Parcela B, proporcionalizados de acordo com o ciclo tarifário". Desta forma e de acordo com o estabelecido no Despacho de Encerramento nº 245 da ANEEL, de 28 de janeiro de 2016, os montantes referentes à receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), anteriormente registrados como obrigações especiais, foram contabilizados como passivos financeiros setoriais, no montante de R\$ 87.629. Ainda, de acordo com o Despacho de Encerramento, os valores devem ser corrigidos pela SELIC.

A movimentação do ativo financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	270.506
Diferimentos	2.568.668
Fator Xq - Devolução tarifária - nota explicativa nº 18.1 (d.4)	(58.100)
Atualização monetária	126.758
Amortização	(401.857)
Recebimento - Bandeiras tarifárias	(1.165.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.340.900

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Restricted Stock Units* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Quantidade	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2013	71.162	12,76	
Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício	(27.549)	12,63	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(9.880)	14,62	
Outorgadas durante o exercício	33.261	14,66	
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2014	66.994	13,49	1,2
Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício	(28.172)	12,10	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(13.702)	13,29	
Outorgadas durante o exercício	36.447	11,68	
Transferidas	(1.491)	13,72	
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2015	60.076	12,49	1,5

36. Investimentos em meio ambiente

	2015	2014
Investimentos em Meio Ambiente		
Custos diretos	6.755	3.488
SGA - sistema de gestão ambiental e outros	2.093	1.703
Licenciamentos e compensações ambientais	3.771	4.473
Recuperação da qualidade do solo e águas subterrâneas	8.614	21.019
Prevenção à poluição (construção de bacias coletoras de óleo - ETD´s)	6.917	17.868
Treinamentos operacionais (brigada - emergência química)	42	29
Comunicação (semana do meio ambiente, divulgação, impressos etc.)	–	17
Subtotal	28.192	48.597
Projetos de eficiência energética	47.511	47.570
Total	75.703	96.167

Do total de gastos com meio ambiente efetuado pela Companhia em 2015, R\$ 67.501 (R\$ 78.299 em 2014) foram registrados no resultado do exercício e R\$ 8.202 (R\$ 17.868 em 2014) foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do MCSPEE - Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. A Companhia em busca da excelência ambiental manteve em 2015 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades, reafirmando seu compromisso no atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para sua manutenção estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, dentre eles está a construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações, com previsão de investimentos até 2019. Ainda foram realizadas e estão previstas melhorias da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos e comunicação.

37. Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR

Em consonância com a Resolução Normativa nº 605 da ANEEL publicada em 11 de março de 2014, a Companhia divulgará as suas Demonstrações Contábeis Regulatórias - "DCR", referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 até 30 de abril de 2016 no seguinte site: <http://ri.aeseletropaulo.com.br/>.

38. Compromissos

O principal insumo da Companhia é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia. A partir de 1º de janeiro de 2016, a Companhia passou a possuir quatro tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) Cotas de Garantia Física - CGF; e (iv) compras através de Leilão (vide nota explicativa nº 26). Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 26). A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 25).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vincent Winslow Mathis Presidente do Conselho	Britaldo Pedrosa Soares Kazi Kamrul Hasan	Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira Francisco Jose Morandi Lopez	Berned Raymond Da Santos Ávila Alessandro Golombiewski Teixeira Eduardo de Vasconcelos Correia Anunciato	Sergio Silva do Amaral Flora Lucia Marin de Oliveira Charles Rene Lebarbenchon
---	---	--	---	---

DIRETORIA

Britaldo Pedrosa Soares Diretor-Presidente	Paulo Camillo Vargas Penna Diretor Vice-Presidente Sidney Simonaggio Diretor Vice-Presidente	Teresa Cristina Querino Vernaglia Diretora Vice-Presidente Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho Diretor Vice-Presidente	Marcelo Antonio de Jesus Diretor de Controladoria e Planejamento Tributário Renato Resende Paes Contador - CRC - 1SP308201/O-9
--	---	---	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e com base nos trabalhos, entrevistas, acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, opina que as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, o relatório anual da administração e a proposta da administração da Companhia para a destinação do resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária prevista para ocorrer em 28 de abril de 2016.

Barueri, 23 de fevereiro de 2016

Sebastião Bergamini Junior
Luís Eduardo Frisoni Junior
Kurt Janos Toth
Marcus Pereira Aucélio
Mário Daud Filho

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado
Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas originalmente antes das reclassificações descritas na nota explicativa 2.2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 09 de fevereiro de 2015. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, examinamos também as reclassificações descritas na Nota 2.2, que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 2014 originalmente apresentadas. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre tais demonstrações, tomadas em conjunto.



Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

São Paulo, 15 de fevereiro de 2016

Marcos Antonio Quintanilha
Contador - CRC-1SP132776/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Uilhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, **Declaram** que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S.; e reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Barueri, 15 de fevereiro de 2016

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor-Presidente

Sidney Simonaggio
Diretor Vice-Presidente

Paulo Camillo Vargas Penna
Diretor Vice-Presidente

Francisco Jose Morandi Lopez
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Teresa Cristina Querino Vernaglia
Diretora Vice-Presidente

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
Diretor Vice-Presidente